

A Parceria Estratégica Brasil-União Europeia: Motivações e Ganhos (2007-2017)

ANA CAROLINA NOGUEIRA GOMES

Orientadora: Professora Doutora Raquel Cristina de Cária Patrício



Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

“The pessimist sees difficulty in every opportunity.

The optimist sees opportunity in every difficulty.”

Winston Churchill

NOME: Ana Carolina Nogueira Gomes

MESTRADO EM: Relações Internacionais

ORIENTADORA: Professora Doutora Raquel Cristina de Cária Patrício

DATA: 26 de Setembro de 2018

TÍTULO DA TESE: A Parceria Estratégica Brasil-União Europeia: Motivações e Ganhos (2007-2017)

RESUMO

O fenómeno da globalização desencadeou diversas alterações na economia internacional e nos equilíbrios políticos. A partir da década de 2000, a emergência de países em desenvolvimento tornou-se cada vez mais evidente; estes têm vindo a desempenhar um papel de relevo no sistema internacional. Paralelamente, os países desenvolvidos do Ocidente demonstraram-se mais vulneráveis aos efeitos da crise internacional, que afetou significativamente as suas economias. Perante um cenário internacional de crescente interdependência, a cooperação entre os diversos atores revela-se fundamental. Este panorama tornou necessário às potências desenvolvidas procurar apoio e vitalidade juntamente com as potências emergentes. Neste sentido, a União Europeia, enquanto ator internacional, tem vindo a estabelecer uma série de Acordos de Parcerias Estratégicas com algumas das principais potências emergentes. A presente dissertação dedica-se ao caso específico da parceria estratégica estabelecida entre o Brasil e a União Europeia, no ano de 2007, analisando as motivações e os ganhos obtidos através da mesma para ambas as partes, chegando-se à conclusão de que os ganhos políticos são superiores aos ganhos económicos e ainda que a Parceria Estratégica em si não influenciou significativamente o sistema internacional.

Palavras-Chave: Parceria Estratégica; Brasil; União Europeia; Relações Internacionais; Política Externa; Multilateralismo.

DISSERTATION TITLE: The Strategic Partnership Brazil-European Union: Motivations and Gains (2007-2017)

ABSTRACT

The globalization phenomenon has triggered several changes in the international economy and in political equilibria. Since the 2000s, the emergency of developing countries has become increasingly evident; these countries have been playing a prominent role in the international system. At the same time, the Western developed countries have shown to be more vulnerable to the effects of the international crisis, which has significantly affected their economies. Faced with an international scenario of growing interdependence, cooperation among the various actors is fundamental. This panorama made it necessary for the developed powers to seek support and vitality with the emerging powers. In this sense, the European Union, as an international actor, has established a series of Strategic Partnership Agreements with some of the main emerging powers. This dissertation is dedicated to the specific case of the strategic partnership between Brazil and the European Union in 2007, analyzing the motivations and gains obtained through this partnership for both parties and concluding that the political gains are superior to the economic gains and that the Strategic Partnership per se has not significantly influenced the international system.

Keyword's: Strategic Partnership; Brazil; European Union; International Relations; Foreign Policy; Multilateralism.

Índice

Introdução.....	1
1-Objetivos de Investigação	3
1.1- Objetivo Central	3
1.2- Objetivo Secundário	3
2-Hipóteses.....	3
2.1- Hipótese Central	4
2.2- Hipótese Secundária	4
3-Enquadramento Metodológico	4
3.1- Metodologia.....	4
3.2- Métodos de Investigação.....	5
Capítulo 1 – Enquadramento Histórico e Conceptual	7
1.1- O Conceito de Parceria Estratégica	7
1.2 - Focos da Ação Externa da União Europeia.....	11
1.2.1 - As Parcerias Estratégicas como elemento de ação externa da União Europeia ..	12
1.3 - O Modelo de Inserção Internacional do Brasil do século XIX à Atualidade.....	16
1.4 - As Diretrizes e o Acumulado Histórico da Política Externa Brasileira.....	20
1.5 - A Evolução da Política Externa Brasileira da Era Fernando Henrique Cardoso ao Governo Dilma Rousseff (1995-2016).....	21
1.5.1 - A Era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): O renascimento da ambição internacional do Brasil	23
1.5.2 - A Era Lula (2003-2010): A afirmação do Brasil no cenário internacional.....	25
1.5.3 - O Governo Dilma Rousseff (2011-2016): o declínio do Brasil no cenário internacional	29
Capítulo 2 – A Evolução da Relação Bilateral Brasil-UE: da década de 1960 à Atualidade	31
2.1 - Histórico da relação bilateral Brasil-União Europeia: os acordos estabelecidos ...	31
2.2 - A Parceria Estratégica: um novo marco para a relação Brasil-União Europeia.....	35
2.2.1 - As motivações e expetativas da UE ao estabelecer a Parceria Estratégica	36
2.2.2 - As motivações e expetativas do Brasil ao estabelecer a Parceria Estratégica.....	38
2.3 - O Conteúdo da Parceria Estratégica	40
2.4 - O Funcionamento da Parceria Estratégica: as reuniões de cúpula anuais.....	41

Capítulo 3 – Os Resultados Alcançados através da Parceria Estratégica e as Perspetivas Futuras para o Relacionamento Bilateral Brasil-UE	46
3.1 - Os resultados alcançados através da parceria estratégica Brasil-UE	46
3.2 - Um balanço dos dez anos de parceria estratégica e perspetivas futuras para o relacionamento bilateral Brasil-UE	49
Conclusão	53
Referências Bibliográficas	55
Anexos	64

Introdução

Durante o governo do ex-presidente brasileiro Ernesto Geisel (1974-1979), o seu ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, afirmou que “*o Império brasileiro se inspirou na Europa, no sistema político europeu*” (Spektor, 2010) e, por isso, o Brasil deveria esforçar-se para pertencer ao seletivo grupo de aliados da Europa. Todavia, dificilmente se poderia prever que, décadas mais tarde, seria a Europa a propor ao Brasil o fortalecimento desta relação bilateral, demonstrado através da sua decisão de convidar o país para tornar-se o seu sexto parceiro estratégico (Lazarou & Fonseca, 2013; 91).

Com as alterações da economia internacional e dos equilíbrios políticos, que se tornaram mais visíveis a partir da década de 2000, observou-se uma verdadeira “*transferência de poder dos atores tradicionais para os novos, o que conduziu a uma reconfiguração das relações*” (Lazarou & Fonseca, 2013; 91). Ciente das transformações verificadas na conjuntura internacional ao longo das últimas décadas, englobando o fenómeno de uma era multipolar e o acréscimo de novos desafios transnacionais como, por exemplo, as crises económicas e humanitárias, a ação externa europeia tem sido motivada pelo estabelecimento de célebres propostas de Acordos de Parcerias Estratégicas. Impulsionada por um sentido de reciprocidade, a UE “convidou” parceiros selecionados para se agregarem aos seus 28 Estados-membros, numa relação mais íntima, com o intuito de alcançar interesses e objetivos comuns, a nível bilateral, regional ou mesmo global. Dispersas por quase todo o mundo, e estabelecidas sobretudo com países emergentes, esta iniciativa contribuiu para que a UE expandisse a sua esfera de influência na sociedade internacional.

Neste contexto, destaca-se a Parceira Estratégica estabelecida entre a União Europeia e o Brasil, no ano de 2007. Ao eleger o Brasil como parceiro estratégico, a União Europeia tem investido numa maior diversificação no seu relacionamento com o Brasil, sendo relevante destacar que esta relação “*deverá continuar construindo as bases de um forte relacionamento fundado na confiança e compreensão mútua e uma maior capacidade para agir em conjunto*” (EEAS, 2016; 9). Note-se que a Parceria Estratégica promoveu uma nova dinâmica no relacionamento bilateral Brasil-UE devido, sobretudo, à intensificação do diálogo político entre as partes, ao mais alto nível, proporcionada pela instituição da diplomacia de cúpulas anuais. Atualmente o Brasil representa um dos principais parceiros e interlocutores da UE no mundo. Ambos compartilham uma longa

relação baseada em laços históricos e culturais e promovem a difusão de valores democráticos e o respeito pelas liberdades e direitos humanos, assim como a defesa do sistema multilateral, a manutenção da paz e a busca pelo desenvolvimento sustentável (Cravinho, 2016; 5).

Acresce que, no decorrer das últimas décadas, o Brasil ocupou uma posição relevante na sociedade internacional, tornando-se um verdadeiro ator global, devido aos seus índices de crescimento económico e à sua influência política, que possibilitaram ao país o aumento da sua credibilidade e prestígio nos principais fóruns internacionais, “*pese embora a atual crise económica e político-institucional por que o Brasil vem passando nos últimos anos, que tem sido responsável pelo declínio relativo da economia e da emergência internacional do país*” (Lessa & Cervo, 2014; 46), culminando com o mediático processo de *impeachment* da antiga presidente brasileira Dilma Rousseff, no ano de 2016.

Neste sentido, a presente dissertação tem como intuito responder à seguinte pergunta de partida: quais foram as motivações que levaram a que o Brasil e a União Europeia estabelecessem, em 2007, a Parceria Estratégica e quais foram os principais ganhos políticos obtidos através da parceria para ambas as partes entre 2007-2017? Torna-se pertinente referir que o reconhecimento da importância do Brasil nos contextos regional e global teve especial impacto na decisão da UE de considerá-lo como parceiro estratégico, para além de que o Brasil foi sempre “*encarado pelos Europeus, como uma peça central na estabilidade política e económica da América Latina*” (Patrício, 2009; 10). Já para o Brasil, a parceria estratégica simbolizou uma forma de potenciar a sua projeção internacional, designadamente em termos de poder no sistema internacional e representou igualmente uma alternativa à sua relação com os EUA, permitindo-lhe dialogar com outro ator com alcance global (Lazarou & Fonseca, 2013; 113). Posto isto, torna-se oportuno analisar de forma mais aprofundada os contornos desta relevante relação bilateral e compreender quais os seus principais resultados, quer para os atores em análise, quer para a agenda internacional contemporânea.

Com o intuito de melhor compreender a temática proposta, a presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos complementares entre si, designadamente o capítulo 1, que representa o enquadramento histórico e conceptual, o capítulo 2, relativo à evolução da relação bilateral Brasil-UE: da década de 1960 à atualidade, e o capítulo 3,

correspondente aos resultados alcançados através da parceria estratégica e as perspetivas futuras para o relacionamento bilateral Brasil-UE.

1-Objetivos de Investigação

Pretende-se com esta dissertação analisar quais foram as motivações que estiveram na base da assinatura da Parceria Estratégica Brasil-UE, em 2007, bem como avaliar os respetivos ganhos políticos obtidos através desta parceria. Em seguida, pretendemos averiguar se as políticas externas do Brasil e da UE têm sido influenciadas, e de que forma, pela assinatura da Parceria Estratégica entre ambas. Neste sentido, é possível referir que esta dissertação apresenta um objetivo central e um objetivo secundário.

1.1- Objetivo Central

Pretende-se analisar as motivações que conduziram a que o Brasil e a União Europeia assinassem, em 2007, a Parceria Estratégica, bem como avaliar os respetivos ganhos políticos obtidos através da parceria.

1.2- Objetivo Secundário

Pretende-se analisar se as políticas externas do Brasil e da União Europeia têm sido influenciadas, e de que forma, pela assinatura da Parceria Estratégica entre ambas as partes.

2-Hipóteses

Em função dos objetivos acima mencionados, a presente dissertação defende que a assinatura da Parceria Estratégica Brasil-UE teve motivações distintas por parte de cada membro. Neste sentido, acreditamos que para o Brasil a parceria estratégica representou uma forma de projetar o seu protagonismo internacional, já a UE pretendia, com a parceria estratégica, garantir mais um sócio económico emergente que lhe pudesse ajudar na recuperação económica (Patrício, 2009). Defendemos também que as políticas externas do Brasil e da União Europeia não têm sido particularmente influenciadas pela assinatura da parceria estratégica entre ambos. Neste sentido, é possível referir que esta dissertação apresenta uma hipótese central e uma hipótese secundária.

2.1- Hipótese Central

A assinatura da parceria estratégica UE-Brasil, em 2007, teve motivações distintas por parte de cada membro. Assim, o Brasil e a União Europeia, não obstante tenham assinado a Parceria Estratégica, fizeram-no com objetivos distintos, embora convergentes em funcionalidade: se o Brasil pretendia continuar a ganhar prestígio internacional, a União Europeia, com a parceria estratégica, visava garantir mais um sócio económico emergente que lhe pudesse ajudar na recuperação económica.

2.2- Hipótese Secundária

As políticas externas do Brasil e da União Europeia não têm sido particularmente influenciadas pela assinatura, em 2007, da parceria estratégica entre ambas.

3-Enquadramento Metodológico

3.1- Metodologia

Sendo a metodologia uma área essencial no desenvolvimento de qualquer trabalho científico, capaz de *“debruçar-se sobre a génese, fundamentos e problemas das técnicas e conceitos em análise, de modo a projetar-lhes um sentido analítico e utilitário”* (Espírito Santo, 2015; 131), os seus ensinamentos, especialmente no âmbito das Ciências Sociais, não poderiam ser desconsiderados.

A metodologia adotada neste trabalho será de carácter racionalista. Uma vez que o enquadramento teórico utilizado é de carácter racionalista, devemos empregar uma metodologia adequada, sendo também ela racionalista. De acordo com a metodologia adotada, os atores são fundamentalmente os Estados, que possuem uma noção clara dos seus interesses e que, através de um raciocínio racionalista conseguem identificar as escolhas que têm à sua disposição para a resolução dos seus problemas e, dentre as mesmas, optar pela mais satisfatória. Assim, iremos recorrer a uma abordagem teórica pouco abstrata, mas antes concreta e material, que permita o tratamento de conceitos concretos e dados empíricos.

3.2- Métodos de Investigação

Importa igualmente precisar o conceito de método que, de acordo com António de Sousa Lara é “*etimologicamente uma palavra de origem grega (meta+odos) e significa, genericamente, caminho*” (Lara, 1998; 28). Segundo o mesmo autor, deve-se “*distinguir neste processo de caminhar, o destino (o objetivo do método) dos meios (objeto do método)*”. Assim, entende-se por método “*um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios e resultados esperados*” (Espírito Santo, 2015; 13), no qual se operacionalizam conceitos e formulam hipóteses de pesquisa. A metodologia, por sua vez, reconhece a necessidade de recorrer a diversos métodos e técnicas de investigação, reconhecendo que o conhecimento científico encontra-se em permanente evolução devido à sua crítica e revisão.

Sendo as Relações Internacionais um campo do saber interdisciplinar, no qual se conjugam variadas áreas de estudo como a Política, o Direito, a Economia, a História, a Estratégia, entre outras, que se caracteriza pela sua elevada diversidade e abrangência, requer-se a utilização de uma análise de investigação científica complexa, baseada na diversidade de métodos e técnicas, com o intuito de enriquecer o seu conteúdo e clarificar as problemáticas em apreciação.

Neste âmbito, importa determinar os instrumentos a utilizar para a recolha e tratamento da informação. Estes devem estar intrinsecamente associados ao paradigma de investigação, à temática, à seleção da amostra ou grupo de participantes e à natureza qualitativa e/ou quantitativa do estudo (Santos, 2012; 40). Pretende-se, igualmente, demonstrar a fidelidade das técnicas empreendidas e comprovar a validade dos resultados obtidos.

Parece-nos adequado optar por uma apreciação essencialmente descritiva do tema, através da investigação de variados mecanismos de acesso e recolha de informação, compreendendo uma vasta pesquisa bibliográfica assente em diversas áreas de interesse para o tema, nomeadamente as fontes eletrónicas oficiais da UE, artigos científicos, livros, trabalhos académicos realizados anteriormente, elementos de apoio teórico utilizados para disciplinas universitárias, entre outros. Importa igualmente referir a realização de pesquisa *in loco*, através de visitas a bibliotecas de instituições de ensino superior na cidade do Rio de Janeiro. Todas as informações aqui referidas serão indicadas

com a respetiva bibliografia de fontes fiáveis e credíveis. Todavia, procurar-se-á recorrer igualmente a elementos de análise crítica e criativa, valorizando estudos empíricos, tendo em vista tornar o trabalho em questão mais dinâmico e proveitoso.

Esta temática, pela sua própria natureza e característica de fenómeno internacional, apresenta determinadas limitações que estão intrinsecamente associadas ao facto das Relações Internacionais serem um universo de análise bastante abrangente, complexo e em constante evolução e transformação, o que obriga a um estudo sistemático e continuado do tema em questão. Destaca-se também a própria complexidade e vulnerabilidade dos factos sociais que nos rodeiam. Importa ainda mencionar que este assunto requer uma vastíssima literatura, investigação e pesquisa, tornando a sua compreensão, por vezes, bastante trabalhosa. Contudo, espera-se que os resultados aqui obtidos sejam significativos e que possam representar uma mais-valia quer para a comunidade científica, quer para as ciências sociais no geral.

Capítulo 1 – Enquadramento Histórico e Conceptual

O presente capítulo simboliza o enquadramento histórico e conceptual desta dissertação e tem como objetivo definir o conceito de parceria estratégica, referindo a difusão da sua utilização nos tempos atuais. Em seguida, pretendemos analisar as parcerias estratégicas da UE, enquanto um instrumento de ação externa, sendo possível observar a existência de três vagas distintas de parcerias. Posteriormente, ambicionamos analisar os modelos de inserção internacional do Brasil, à luz da teoria paradigmática de Amado Luiz Cervo, desde o século XIX até à atualidade. Por fim, objetivamos refletir sobre a evolução da política externa brasileira desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até ao governo de Dilma Rousseff (1995-2016).

1.1- O Conceito de Parceria Estratégica

No decorrer das últimas décadas, a expressão *parceria estratégica* transformou-se num conceito relevante da política externa de diversos Estados, designadamente do Brasil, e até mesmo de organizações de carácter supranacional, como é o caso da União Europeia. Neste sentido, e devido ao aumento recorrente da sua utilização, diversas comunidades académicas têm vindo a empreender recursos para compreender o significado que tal conceito adquiriu na prática diplomática destes atores internacionais (Lessa & Oliveira, 2013; 9). Não obstante, predomina ainda uma imprecisão quanto ao significado e ao conteúdo do termo parceria estratégica.

A década de 1990 marcou o início da difusão do conceito de parceria estratégica. Para alguns autores, estas parcerias têm servido como instrumento de reequilíbrio do poder internacional, após o vazio de poder gerado, quer pela queda repentina da URSS, quer pela redução paulatina de poder dos EUA no cenário internacional, sobretudo a partir do início do século XXI (Becard, 2013; 48). Deste modo, acredita-se que a proliferação do conceito está relacionada aos efeitos sistémicos do término da Guerra Fria e do fenómeno da globalização, que tornou necessário aos Estados a construção de uma “*estratégia de inserção internacional universalmente configurada*” (Lessa & Oliveira, 2013; 10). Ao mesmo tempo, progressos científicos e tecnológicos nos campos da comunicação, informática e transportes permitiram aproximar temporal e geograficamente grande parte dos países do mundo (Becard, 2013; 39), ampliando assim os laços de interdependência.

Por certo, *“o fim dos blocos e a superação das divisões ideológicas, ao mesmo tempo em que se verificou o crescimento exponencial dos fluxos de comércio e de capitais, tornaram factíveis o adensamento de contatos entre países que até poucos anos antes pareciam distantes demais”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 10), separados pela distância geográfica, regimes políticos e processos de desenvolvimento. Com efeito, a dissolução destes obstáculos tornou possível para diversos Estados *“estabelecer acervos de contatos bilaterais, fundados em bases multilaterais, através do aumento de instrumentos de representação diplomática”* (Lazarou & Oliveira, 2013; 11), que favoreceram a implementação de projetos de comum interesse, nomeadamente a nível da cooperação política e da convergência económica, abrindo caminho para novos tipos de interação bastante originais entre os países do globo.

Deste modo, sobretudo nos últimos anos, diversos Estados desenvolvidos e em desenvolvimento têm vindo a estabelecer parcerias estratégicas com alguns dos seus principais colaboradores regionais ou globais. O crescimento deste tipo de relacionamento *“parece ser uma prova da expansão dos laços de interdependência internacional, sobretudo por meio dos conhecidos processos de globalização e regionalização. Ao mesmo tempo, indica ser um sinal da necessidade de se reagir a tais processos universalizantes, por meio de uma melhor seleção dos parceiros”* (Becard, 2013; 48). Assim, a aplicação do adjetivo *estratégico* serve para classificar determinados relacionamentos bilaterais como mais relevantes, estes adquirem um sentido prioritário na política externa e na agenda diplomática de ambas as Partes.

Defende-se nesta dissertação que o termo parceria estratégica é mais adequado para lidar com os novos formatos das relações entre Estados do que o termo *aliança*, uma vez que se considera *“inadequado limitar somente o uso da força militar para lidar com um número crescente de situações que atualmente moldam as relações internacionais e interestatais”* (Store, 2011). Neste sentido, *“as estratégias de segurança e o próprio fortalecimento de capacidade armamentista são cada vez mais complementadas por estratégias não coercitivas de interação”* (Farias, 2013; 22). Tal não significa que as parcerias estratégicas representem um estado de harmonia de interesse, *“contatos maiores e mais complexos entre duas sociedades distintas ensejam naturalmente mais conflito; mas esses são administrados em um contexto pacífico e institucional”* (Farias, 2013; 22). Deve-se igualmente referir que atualmente a segurança nacional dos Estados encontra-se progressivamente dependente de temas como imigração, saúde, meio

ambiente, comércio internacional e terrorismo, sendo a perspetiva político/militar limitada para lidar com a vastidão destas problemáticas. De facto, *“o termo aliança, por valorizar a área de segurança, não explica diversas interações bilaterais e multilaterais no mundo contemporâneo”* (Farias, 2013; 22).

Após realizar um breve enquadramento sobre a difusão do conceito de parceria estratégica no sistema internacional importa, em seguida, explorar o conceito em si, procurando operacionalizá-lo de forma concreta.

Segundo Cameron & Yongnian (2010; 4), entende-se por parceria estratégica *“um compromisso de longo prazo entre dois importantes atores com vistas a estabelecer uma relação próxima em um número significativo de áreas ou políticas”*. Contudo, os autores chamam atenção para que a existência de uma parceria estratégica não impede o surgimento de diferenças entre os parceiros, mas que estes reconhecem a importância do compromisso mútuo assumido e se dispõem a encontrar bases comuns sempre que possível.

De acordo com Vladas Sirutavicius (2006; 1), *“é considerada estratégica a parceria em que o diálogo entre as autoridades máximas de ambos os governos é profícuo e amistoso, podendo inclusive assumir formatos cada vez mais institucionalizados; a cooperação nas esferas da mais alta importância estratégica é intensa, sobretudo nas áreas vitais para o país, como a político-militar e de segurança; as relações políticas não se limitam às altas hierarquias, sendo transferidas para outros níveis públicos, significando, na prática, existirem relações cada vez mais dinâmicas entre as duas sociedades em áreas como a económico-social e cultural, com possibilidade de desenvolvimento de cooperação com diversos atores da sociedade civil”*.

Já António Carlos Lessa elaborou a sua definição de parceria estratégica à luz do caso brasileiro, defendendo que estas seriam *“relações políticas e económicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, construídas a partir de um património de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjunturalmente”* (Lessa, 1998; 43).

Apesar de existirem diversos tipos de parcerias estratégicas, que se *“distinguem entre si em função dos variados fins a que se propõem, da importância do parceiro no alcance de tais fins, assim como dos meios e recursos colocados à disposição para a consecução de objetivos comuns”* (Becard, 2013; 38), acredita-se que existam características semelhantes às várias parcerias estratégicas, que justificam a utilização do conceito. Neste sentido, torna-se relevante referir que um dos principais motivos que levam os Estados a celebrar parcerias estratégicas está na percepção das oportunidades futuras que estes relacionamentos almejam aproveitar, ou dos desafios que pretendem ajudar a superar em conjunto (Farias, 2013; 26). Assim, tais parcerias são geralmente celebradas pelos Estados com o intuito de promover o seu desenvolvimento, diminuir as assimetrias, garantir a sua segurança, desenvolver as suas vantagens comparativas, aumentar ou preservar o seu poder no sistema internacional, bem como atingir objetivos estratégicos nos planos nacional, regional e/ou global (Becard, 2013; 48).

Normalmente as parcerias estratégicas são celebradas entre Estados que compartilham fronteiras geográficas ou possuem grandes fluxos de mercadorias e pessoas. Contudo, o desejo de estabelecer tal forma de relacionamento pode igualmente estar relacionado com preocupações mútuas quanto à segurança internacional. Assim, *“alguns países são colocados na lista dos parceiros estratégicos, ora por serem vizinhos ou países dotados de valores ou história comum, ora por serem uma potência central ou emergente, indispensável na solução de problemas setoriais ou globais”* (Becard, 2013; 61). Independente do motivo que leva os Estados a estabelecer uma parceria estratégica, é fundamental haver convergência de interesses para que ambos possam atingir os seus objetivos de forma cooperativa e coordenada, sejam eles de política externa ou de índole nacional (Farias, 2013; 26).

No que se refere à duração da parceria, pode-se mencionar que *“quando celebrada, uma parceria estratégica dificilmente tem data para conclusão (...) Elas perduram em função de vários aspetos, como ameaças de segurança e mudanças no regime político, na política doméstica, nas expectativas de valor, na distribuição de poder ou com a formação de outros arranjos”* (Farias, 2013; 27). Outro aspeto relevante consiste em que *“uma parceria estratégica consubstancia a convergência de dois Estados, mas não gera necessariamente obrigações vinculantes, como no caso das alianças. Por ser mais um marco político no qual se operacionaliza novo patamar de relações bilaterais, seus termos são mais fluidos e menos específicos”* (Farias, 2013; 28).

Relativamente à unidade governamental responsável pelo estabelecimento de ligações entre os governos, aquando da criação de uma parceria estratégica, é pertinente referir que uma parceria estratégica não se limita ao âmbito predominantemente diplomático e militar, assim, há uma pluralidade de setores do governo, empresas e representantes da sociedade civil que são atores relevantes no processo de interação. Deste modo, *“quanto mais o desejo de manter tal parceria for compartilhado maiores são as chances deste relacionamento perdurar”* (Farias, 2013; 30), devendo-se chamar atenção para a importância de instituições que promovam a discussão e a monitorização do relacionamento.

Por fim, é importante referir que, *“muitas vezes, parcerias estratégicas iniciadas em um domínio específico, como comércio internacional, têm um efeito spill over sobre outras matérias”* (Farias, 2013; 32). Assim, existe a tendência de uma parceria estratégica se expandir para novas vias de cooperação, sendo imprescindível que *“ambos os parceiros estejam dispostos a investir na parceria, colocando à disposição os meios necessários para fazer avançar os projetos em comum”* (Becard, 2013; 57).

1.2 - Focos da Ação Externa da União Europeia

O Serviço Europeu para Ação Externa (EEAS), criado em 2011 e sediado na cidade de Bruxelas, representa o serviço diplomático europeu e tem como objetivo *“garantir uma maior coerência e eficácia da política externa da UE, reforçando, assim, a influência da Europa a nível mundial.”*¹ O EEAS é dirigido pelo Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, cargo ocupado pela diplomata italiana Federica Mogherini, desde 2014. O EEAS, em colaboração com a Comissão Europeia e os serviços diplomáticos dos Estados-membros, assegura a execução das tarefas políticas, diplomáticas e sociais da UE, através de um rede global de mais de 140 delegações. Este serviço é responsável, entre outras funções, pela gestão das relações diplomáticas e das parcerias estratégicas estabelecidas entre a UE e os seus sócios. Pretende-se, em seguida, analisar a utilização das parcerias estratégicas como elemento de ação externa da UE.

¹ Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/eeas_pt#em-s%C3%ADntese, data de acesso 1 de junho de 2018

1.2.1 - As Parcerias Estratégicas como elemento de ação externa da União Europeia

No decorrer das últimas décadas, a União Europeia constituiu três vagas distintas de parcerias estratégicas com variados atores internacionais. A primeira vaga é referente às parcerias estratégicas celebradas com os tradicionais aliados ocidentais da então CEE, durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, designadamente os EUA, o Canadá e o Japão.

A segunda vaga, por sua vez, corresponde às tentativas do bloco europeu em estabelecer parcerias estratégicas com os demais blocos de carácter regional e de integração, na qual se constatou que a UE desenvolveu uma rede de acordos internacionais com a maioria das regiões do mundo. Durante esta vaga *“a UE desenvolveu o que pode ser chamado de “abordagem regional” na sua política externa. Em outras palavras, procurou concluir acordos com outros grupos de países, em vez de apenas com Estados individuais. Além do Mercosul, a UE estabeleceu diálogos bilaterais ou negociações com outras regiões e organizações regionais como a Comunidade Andina (CAN) nas Américas e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Como resultado desse desenvolvimento e, provavelmente, de fatores estruturais importantes, como a globalização económica, a metade da década de 1990 assistiu a uma proliferação de acordos regionais, criando a segunda onda de regionalismo”* (Hoffmann, 2009; 56).

Não obstante, o início do século XXI revelou-se diferente da década de 1990 e o *regional approach* da União Europeia começou a demonstrar suas fraquezas. Acontecimentos como o 11 de Setembro de 2001, que recolocou a segurança no topo da agenda internacional e a crise económica de 2008, que afetou sobretudo os países desenvolvidos, contribuíram para a alteração das dinâmicas internacionais. Isto fez com que *“a UE, com as suas próprias transformações internas, [passasse] a priorizar as relações bilaterais, em virtude da crise do multilateralismo provocada por esses fatores e pelas próprias frustrações das negociações multilaterais”* (Patrício, 2009; 13).

Neste sentido, verificou-se uma alteração na abordagem da UE quanto à sua forma de estabelecer parcerias estratégicas. A UE passou a promover um processo de aproximação a países individualmente, dando origem à terceira vaga de parcerias estratégicas. *“Ao contrário da sua abordagem dos anos 90 - quando estabeleceu*

parcerias estratégicas baseadas em regiões - a UE reforçou as relações com um seleto grupo de aliados, definindo o bilateralismo como um passo fundamental para um multilateralismo eficaz. Neste contexto, as parcerias estratégicas bilaterais são apresentadas como uma forma inovadora de alcançar o objetivo final da União na esfera internacional: a governança global” (Gratius, 2012; 1). Assim, a UE compreendeu que deveria reforçar o seu relacionamento bilateral com determinadas potências em ascensão. Para Thomas Renard (2015; 20), *“estes contatos complementam cada vez mais a arquitetura multilateral em uma nova área multidimensional.”* Note-se que as mais recentes parcerias estratégicas têm sido celebradas com países emergentes, sobretudo asiáticos e americanos, sendo que a maioria deles continua a receber ajudas na cooperação para o desenvolvimento, por parte da UE.

Note-se que os três tipos de parcerias estratégicas coexistem e servem a diferentes finalidades. Por meio das parcerias estratégicas históricas celebradas com os EUA, o Canadá e o Japão, a UE enfatiza a sua participação no clube ocidental. Já através das parcerias estratégicas estabelecidas com a África e com a América Latina, no âmbito da segunda vaga, a UE sublinha a sua vocação inter-regional. Por sua vez, com as parcerias estratégicas realizadas com os países emergentes (BRICSAM), a UE pretende fortalecer a sua nova imagem enquanto um poder em adaptação à era multipolar (Gratius, 2011; 4).

Ainda que a União Europeia continue a ser a maior entidade económica individual do mundo, representando aproximadamente 23,8% de toda a riqueza gerada a nível global; a maior potência comercial do mundo, quer no que respeita às trocas de mercadoria, quer no que concerne ao comércio de serviços, ultrapassando o seu tradicional rival/parceiro, os EUA; a maior fonte de ajuda pública ao desenvolvimento; o maior importador de energia do mundo e possua a segunda moeda mais forte do sistema monetário internacional (Costa, 2009; 19), quando comparada com novas potências económicas, comerciais e financeiras, é possível verificar um relativo declínio do seu potencial.

Ou seja, a União Europeia tem vindo a deparar-se com novos desafios que põe em questão o seu papel no sistema internacional contemporâneo. De acordo com Gratius (2013; 147), *“a UE não será mais tão forte na economia global. Tendências demográficas e a crise vigente do Euro claramente sustentam estas especulações.”* A

autora defende que o papel da União Europeia no sistema internacional dependerá, essencialmente, *“da sua capacidade de se apresentar como um espaço integrado, da sua capacidade de atrair imigrantes e habilidade de criar novas alianças, indo além da tradicional Parceria Atlântica com os Estados Unidos.”*

Neste sentido, é possível compreender a razão pela qual a UE tem investido na diversificação dos seus parceiros internacionais, atribuindo, em especial nos últimos anos, maior atenção às parcerias estratégicas celebradas com potências emergentes, expandindo, deste modo, a sua esfera de influência a parceiros não tradicionais. Isto contribui para que o debate sobre as parcerias estratégicas represente um passo decisivo em direção a uma Europa global. Trata-se de *“um conceito utilizado pela UE para aprimorar o status de seus principais aliados ocidentais (Canadá, Japão e EUA) e incluir “novas” potências como China e Rússia e atores globais emergentes, como Brasil, Índia, México, Coreia do Sul e África do Sul”* (Gratius, 2013; 148).

Ainda que não exista um conceito homogêneo para definir a relação de parceria estratégica estabelecida pela UE com determinados países privilegiados, estas refletem a vontade da União de se afirmar cada vez mais como um *global player*. Deste modo, acredita-se que o interesse estratégico de longo prazo mais relevante da UE, a ser impulsionado por meio das parcerias estratégicas, seja a garantia da sua influência na nova ordem mundial (Lazarou & Fonseca, 2013; 102). Tais parcerias *“surgem em paralelo com a política externa comunitária da UE, procurando sempre seguir a lógica de aprofundamento da integração”* (Vasconcelos, 2015; 8), e têm como objetivo criar ligações significativas com eventuais potências globais, visando a promoção do multilateralismo e procurando tratar conjuntamente os principais temas da agenda internacional (Silva, 2011). Ademais, as parcerias estratégicas concretizam-se através da *“utilização do diálogo temático bilateral intensivo, que se consubstancia por intermédio de reuniões de alto nível político até trabalhos de foro técnico”* (Vasconcelos, 2015; 10).

De acordo com a diplomata brasileira Eugênia Barthelmess, o conceito de parceria estratégica no contexto europeu pode ser definido como *“um relacionamento bilateral singularizado, de característica privilegiada que a União Europeia estabelece com cada um dos integrantes de um determinado grupo de terceiros países, definidos em função da importância do papel que desempenham no cenário internacional”* (2008, apud Silva, 2011; 6). Assim, os países com os quais a UE estabelece parcerias estratégicas possuem

determinadas semelhanças, que possibilitam que a UE lhes conceda especial destaque, nomeadamente a sua importância económica, dimensão territorial/demográfica e influência política nas esferas regional e global (Vasconcelos, 2015; 10).

Neste sentido, pode-se verificar que a UE procura sempre aliar-se a países com protagonismo a nível internacional em determinadas áreas, nomeadamente a indústria, a segurança ou a economia. A título de exemplo destacam-se os casos do Canadá, Rússia e Japão, que integram o grupo de países mais industrializados do mundo, o G8; já a China, os EUA e a Rússia, são membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU); outro caso particular é a parceria estabelecida com o Brasil, Rússia, Índia e China, que representam o grupo das maiores economias emergentes do mundo, os BRICS. Além disso, a UE mantém estreitas relações comerciais com os seus parceiros estratégicos, sendo, na maior parte dos casos, a principal parceira comercial dos mesmos (Silva, 2011). Segundo Gratius (2013; 148), as parcerias estratégicas da UE podem ser divididas em parceiros históricos do Ocidente (EUA, Canadá e Japão), parceiros com valores semelhantes (México e Coreia do Sul) e rivais em potencial (o fórum BRICS), sendo este o grupo mais complexo em termos de objetivos comuns, interesses e estratégias globais. Relativamente ao poder, dimensão, interdependência económica e influência política, a China, os EUA e a Rússia representam os parceiros mais significativos.

No que se refere às finalidades da parceria estratégica, Eugénia Barthelmess defende que *“independentemente dos objetivos específicos que estabelecem o tom de cada uma das parcerias estratégicas, para a União Europeia estas servem a um fim mais abrangente, que é o da expansão de sua presença política internacional e do estabelecimento de um contrapeso à influencia norte-americana”* (2008, *apud* Silva, 2011; 7). Por sua vez, os parceiros da UE pretendem, através da parceria estratégica, adquirir maior projeção internacional, promover os seus interesses e uma melhor inserção na esfera internacional no âmbito do sistema multipolar (Vasconcelos, 2015; 10).

Não obstante, acredita-se que cada parceria estratégica deva ser tratada com singularidade, uma vez que não existe uma definição comum para todas, pelo facto de serem construídas com base em diferentes perspetivas e interesses. Deste modo, *“a UE precisa se adaptar e formular agendas com conteúdos diferentes para a cooperação, ao invés de homogeneizar as parcerias estratégicas e aplicar formatos e instrumentos iguais*

para os parceiros” (Gratius, 2013; 156).

Por fim, importa sublinhar que, ainda que não exista uma definição concisa para o conteúdo das parcerias estratégicas, ou um critério pré-estabelecido para a seleção dos parceiros, uma vez que *“the special ten are unequal in size, power, status and resource endowments, they differ in their adherence to European values and relevance to core interests”* (Gratius, 2011; 1), as parcerias estratégicas representam instrumentos eficazes de política externa, quer para a União Europeia, quer para os seus parceiros.

1.3 - O Modelo de Inserção Internacional do Brasil do século XIX à Atualidade

De acordo com a *teoria paradigmática* de Amado Luiz Cervo, as relações internacionais brasileiras originaram quatro paradigmas, sendo eles *“o liberal-conservador, que perpassa o século XIX e se estende a 1930; o desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; o normal ou neoliberal e o logístico, sendo certo que os três últimos coabitam, embora com prevalências diferenciadas e descompassadas, e integram o modelo brasileiro de inserção internacional de 1990 a nossos dias”* (Cervo, 2008; 67). Importa referir que a promoção do desenvolvimento económico é a questão central do pensamento latino-americano das relações internacionais, estando a política externa desses países fortemente ligada à Economia Política. Pretende-se, em seguida, conceptualizar cada um destes períodos, com o objetivo de compreender o fundamento teórico da política externa brasileira.

O paradigma liberal-conservador baseia-se na economia ricardiana do livre-comércio, que deu origem à divisão internacional do trabalho, segundo a qual há especialização em produções em que se verifiquem vantagens comparativas (Cervo, 2008; 68). Deste modo, não apenas o Brasil como toda a América Latina, seguiram durante este período o esquema de relações internacionais baseado nas trocas dos seus produtos primários por produtos manufaturados dos países industrializados (Patrício, 2012; 90), *“provocando a criação e consolidação de estruturas de dominação e dependência sobre eles, por parte dos Estados Unidos e do Reino Unido”* (Cervo, 2001; 69), tendo por base a diplomacia da agroexportação. Não obstante, ainda que para alguns autores este esquema de relações internacionais tenha sido imposto à periferia pelo centro, para Patrício (2012; 90), este modelo beneficiou os interesses da classe governante da periferia latino-americana. Por sua vez, crescia a procura internacional por produtos

primários por parte do centro, nomeadamente os EUA e a Europa, na medida em que se industrializavam, no fim do século XIX. A resposta a essa procura por parte das elites agrárias e minerais da periferia materializou-se através da promoção de um modelo de crescimento económico baseado na exportação-importação (Klesner, 2011; 914). Durante este período observou-se a predominância liberal das estratégias de desenvolvimento na região da América Latina.

Segundo Amado Luiz Cervo, desde a década de 1930 *“os dirigentes rompem com a diplomacia da agroexportação baseada na doutrina europeia de mercado e conferem novas funcionalidades ao Estado”* (Cervo, 2008; 72), dando início ao paradigma desenvolvimentista, cuja ação interna dos Estados caracteriza-se pela *“consistência da transição; desenvolvimento como vetor da política externa; realismo de conduta”* (Cervo, 2008; 72). Em termos de política externa, os Estados deveriam *“realizar interesses de uma sociedade complexa; conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança aos fins económicos e negociação simultânea com os grandes vizinhos”* (Cervo, 2008; 72), seguindo uma postura pragmática e não ideológica, através da substituição de importações (Patrício, 2012; 91). Contudo, o modelo de industrialização por substituição de importações não surtiu os efeitos esperados. Assim, *“a estratégia teve sucesso em matéria de substituição de importações de bens de consumo”* (Patrício, 2012; 91), mas, *“as empresas nacionais mostraram-se relutantes face à redução de tarifas e as economias submetidas ao modelo de industrialização por substituição de importações permaneceram dependentes das economias industrialmente avançadas em termos de capital para a importação de mercadorias”* (Patrício, 2012; 91). Quando os efeitos da nova crise internacional começaram a ser perceptíveis, no fim da década de 1970, observou-se uma crise global do capitalismo e a consequente imposição de medidas ortodoxas estruturais de ajustamento exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para solucionar os frequentes défices nas balanças de pagamento dos países latino-americanos. Os governos autoritários militares asseguraram a aplicação destas políticas (Patrício, 2012; 92). No entanto, *“os esforços dos regimes autoritários, no fim da década de 1970, para promover a retoma do crescimento, através da adoção de programas austeros de estabilização económica, não surtiram os efeitos esperados”* (Patrício, 2012; 92), prevalecendo a

estagnação económica, o aumento das dívidas externas, bem como a elevada disparidade de riqueza, *“chegando a assistir-se, no Brasil, o exacerbamento dos conflitos políticos, em lugar do esperado crescimento económico”* (Klesner, 2011; 915). Deste modo, as políticas de ajuste económico que viriam a ser instituídas na América Latina na década de 1980 seriam distintas das anteriores (Patrício, 2012; 92). Importa mencionar que, entre os paradigmas enunciados por Cervo, somente o desenvolvimentista centra-se no Estado enquanto agente principal das relações internacionais, os demais *“embora mantenham o Estado como referência permanente, revelam a força de agentes económicos e sociais”* (Cervo, 2008; 67).

Em 1989, com o derrube do muro de Berlim observou-se *“a unificação do mundo sob a égide capitalista”* (Cervo, 2008; 20), pois disseminam-se, por todo o mundo, quer a democracia quer a economia de mercado. Ainda que com alguma resistência, os países da América Latina viram-se obrigados a aceitar tais mudanças. No Brasil, esta ocorreu em 1990, dando origem ao período do neoliberalismo. Do ponto de vista económico este período marca-se pela *“reestruturação económica, através da liberalização dos mercados e da integração económica global e, do ponto de vista político, implica a good governance”* (Patrício, 2012; 94). Deste modo, *“os chamados neoliberais advogavam que as políticas monetárias dos anos 1980-90 teriam de incluir elementos novos, relativamente às políticas de estabilização dos anos 1950-60 e 1970-80”* (Patrício, 2012; 94). Assim, as políticas ortodoxas aplicadas na América Latina nestes anos *“passaram a incluir elementos novos: o ingrediente político e a componente de longo prazo”* (Bernal-Meza, 2002; 152). O novo modelo utilizado na América Latina tinha como objetivo *“eliminar o Estado desenvolvimentista interventor na economia, assim como facilitar a adaptação destas economias às tendências da globalização”* (Patrício, 2012; 95). Deve-se igualmente destacar que, de acordo com Amado Cervo, *“a submissão ao Consenso de Washington foi a marca característica do paradigma neoliberal”* (Cervo, 2008; 79). No entanto, as medidas económicas e políticas impostas na região da América Latina, no âmbito do Consenso de Washington, provocaram uma onda de contestação social em diversos países e em diversas camadas da sociedade civil (Patrício, 2012; 97). Durante este período observou-se a predominância de políticas ortodoxas.

A substituição do paradigma neoliberal deu origem a vários paradigmas particulares na região da América Latina, o que conduziu a uma elevada dispersão de modelos sócio-político-económicos de inserção internacional (Patrício, 2012; 97). Este

período coincidiu com a subida ao poder de líderes democráticos, provenientes de meios sociais pouco favorecidos e do espectro político de esquerda. No caso brasileiro, optou-se pela esquerda responsável, onde *“foram guardadas algumas heranças do neoliberalismo, como responsabilidade fiscal, estabilidade monetária, estímulo aos investimentos estrangeiros e abertura dos mercados”* (Cervo, 2008; 83), a estas características somava-se *“outro paradigma de relações internacionais, que chamamos de logístico, em dose capaz de atenuar os efeitos do neoliberalismo nas esferas da vida política, social e económica”* (Cervo, 2008; 83). Deste modo, para Cervo, *“a ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo, com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado”* (Cervo, 2008; 85). Neste sentido, o paradigma logístico representa, de certa forma, *“um intermédio entre o neoliberal e o desenvolvimentista, pelo que retoma o desenvolvimento como o seu principal objetivo, e o Estado torna-se de novo ativo na realização deste objetivo, mas faz confiança ao setor privado e à abertura liberal do país para alcançar os seus fins”* (Coutant, 2015; 10). Cabe aqui referir que, no decorrer da dissertação será atribuído especial destaque ao Estado logístico, uma vez que foi durante este período que foi celebrada a parceria estratégica do Brasil com a União Europeia. Em função das próprias características do modelo logístico, que impulsionaram a ascensão económica e internacional do Brasil, o país assume protagonismo no sistema internacional e, como forma de projetar e dinamizar esse protagonismo, aceita tornar-se parceiro estratégico da UE. Deste modo, o convite da UE para estabelecer a parceria estratégica com o Brasil foi uma consequência dessa ascensão, logo uma consequência do Estado logístico.

Em resumo, de acordo com a *teoria paradigmática* de Amado Luiz Cervo, o Brasil transitou do paradigma liberal-conservador, para o paradigma desenvolvimentista de inserção internacional, vigente até meados de 1980, estabelecendo-se, em seguida, o paradigma neoliberal, sobretudo a partir da crise da dívida externa, quando passaram a vigorar as políticas do Consenso de Washington, até que o descontentamento social com este modelo tenha levado o Brasil para o Estado logístico (Patrício, 2012; 98). Todavia, com a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) é possível observar o declínio do Estado logístico, como será analisado mais adiante.

1.4 - As Diretrizes e o Acumulado Histórico da Política Externa Brasileira

No que concerne ao acumulado histórico da diplomacia brasileira, pode-se verificar que, embora a política externa brasileira tenha vindo a evoluir, esta mantém uma continuidade desde o período da independência, em 1822, resistindo às sucessões dos governos e às mudanças de regime (Patrício, 2012; 288), esse fator contribuiu para *“fazer da política externa brasileira uma verdadeira política de Estado, conferindo-lhe racionalidade e continuidade –mais do que mudança”* (Cervo, 2008; 26). Deste modo, *“desde o período de Rio Branco foram construídos princípios normativos com vista a uma atuação externa mais ativa, de maior presença internacional, independentemente da conjuntura interna”* (Saraiva, 2009; 79).

Tais princípios orientam a ação externa brasileira e podem ser classificados como o *acervo diplomático*, entre os quais se destacam os princípios da não-intervenção e da resolução pacífica de controvérsias. O jurisdicismo ocupa, igualmente, uma posição relevante nesta política, através da crença de que os tratados internacionais propiciam a estabilização das relações internacionais. Outro aspeto marcante na política externa brasileira é o respeito pela autodeterminação dos povos e pelo multilateralismo normativo, *“assente no respeito pelas normas internacionais e na participação nos organismos multinacionais”* (Brigagão e Seabra, 2009; 76), sendo relevante relembrar que o Brasil participou, na década de 1970, da tentativa de criar uma Nova Ordem Internacional juntamente com os países do Terceiro Mundo e, atualmente *“procura que a globalização crie uma ordem internacional mais justa, transparente e igualitária”* (Cervo, 2008; 30), sobretudo para os países em vias de desenvolvimento.

O pragmatismo, o realismo e a ação externa pacifista são também características relevantes da política externa brasileira, bem como o estabelecimento de parcerias estratégicas. No que se refere à América do Sul, o Brasil adota uma posição de *“cordialidade oficial, que o aconselha a não ostentar a sua grandeza nacional e a superioridade económica de que desfruta em relação aos vizinhos”* (Patrício, 2009; 288), acreditando que as fronteiras devem representar uma fonte de cooperação e estabilidade.

De acordo com Vigevani, Ramanzini Jr. E Favaron (2007), a posição do Brasil perante as diferentes temáticas da agenda internacional deve ser analisada com base em dois aspetos construtivos da política externa, designadamente o universalismo e a autonomia. Para Mello (2000) *“o universalismo corresponde à ideia de estar aberto para*

manter relações com todos os países, independentemente da localização geográfica, tipo de regime ou opção económica”, o que representa uma independência de conduta face à potência hegemónica, podendo igualmente ser associado ao comportamento de global player (Saraiva, 2009; 80). A autonomia, por sua vez, pode ser entendida como “a margem de manobra que o país mantém nas suas relações com os demais Estados e em sua atuação na política internacional” (Mello, 2000).

De facto, um dos aspetos marcantes da política externa brasileira, centra-se na recusa do país aos arranjos internacionais que possam vir a condicionar futuras oportunidades. Neste sentido, *“o Brasil desenvolve, tradicionalmente, uma inserção internacional independente, o que pressupõe de uma visão própria do mundo, a autonomia do processo decisório e a formulação própria da política externa e a sua posterior execução –ainda que períodos de exceção a esta linha de autonomia tenham igualmente existido”* (Patrício, 2012; 289).

Por fim, cabe mencionar que a procura pelo desenvolvimento económico representa a base de toda a política externa brasileira, característica da visão latino-americana das Relações Internacionais, sobretudo durante as décadas de 1930 a 1980, sendo posteriormente retomado com o governo Lula (Patrício, 2009; 288), como será analisado adiante.

1.5 - A Evolução da Política Externa Brasileira da Era Fernando Henrique Cardoso ao Governo Dilma Rousseff (1995-2016)

Antes de procedermos à análise da política externa brasileira no período supra referido, importa realizar um breve enquadramento teórico quanto às alterações verificadas durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), de modo a melhor compreender o panorama da política externa brasileira. Durante a década de 1990 verificou-se a abertura da economia brasileira e a consolidação da democracia no país, o que contribuiu para a politização da política externa, abrindo caminho para a afirmação de correntes de pensamento diferenciadas no interior do Itamaraty (Saraiva, 2009; 80). Com a presidência de Collor de Mello a política externa brasileira seguiu uma corrente liberal, que perdeu influência com o seu impeachment, sendo por isso classificado como *pensamento único*. Defendendo a aproximação da diplomacia brasileira ao chamado Primeiro Mundo, com o intuito de integrar-se no mesmo, o Brasil priorizou as relações

económicas com os países do Norte, designadamente a União Europeia, e o consequente distanciamento do discurso terceiro-mundista. Contudo, a concretização destes objetivos em ações externas revelou-se insuficiente (Saraiva, 2009; 81).

Importa referir que o governo Collor coincidiu com uma crise paradigmática na política externa brasileira, dando origem a duas correntes de pensamento: autonomistas e institucionalistas pragmáticos, que “*influenciam a formulação e aplicação da política externa até aos dias de hoje*” (Saraiva, 2009; 81). Neste sentido, o pensamento liberal que iniciou os anos 1990, sem sucesso, foi alterado por um equilíbrio que busca conciliar a abertura económica com um pensamento mais tradicional, nacionalista e desenvolvimentista, denominado por Veiga (2000; 18) de *liberalização condicionada*.

De acordo com Saraiva (2009; 82), no que se refere à inserção económica internacional, o pensamento mais recetivo à abertura económica defende as parcerias com os países industrializados como um mecanismo relevante para promover o comércio externo brasileiro. Já os desenvolvimentistas procuram a integração como ferramenta de acesso aos mercados externos. A nível político, os mais recetivos a um processo de “liberalização condicionada” privilegiam o apoio do Brasil aos regimes internacionais vigentes, promovendo a inserção internacional do país mediante uma “autonomia pela integração”, ambicionando uma liderança discreta na América do Sul. Por sua vez, a segunda corrente, de perfil autonomista, acredita numa projeção mais autónoma e ativa do Brasil na política mundial; tem preocupações de índole político-estratégico dos problemas Norte-Sul; dá maior ênfase à perspetiva brasileira de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e busca um papel de maior liderança brasileira na América do Sul, atribuindo maior atenção à cooperação com os países do Sul global.

Em termos práticos é possível constatar que o governo de Fernando Collor de Mello seguiu uma corrente liberal, sendo sucedido pelo governo autonomista de Itamar Franco (1992-1995), já Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) adotou uma posição que conciliou elementos dos dois pensamentos, como será analisado em seguida. Por sua vez, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) retomou a corrente autonomista na política externa brasileira.

1.5.1 - A Era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): O renascimento da ambição internacional do Brasil

A política externa de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conjugou aspetos liberais do governo de Fernando Collor de Mello com aspetos da administração autonomista de Itamar Franco, interrompendo a continuidade da política externa brasileira vigente durante o período da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável (Patrício, 2012; 309). Em virtude da Era FHC ter coincidido com uma transição paradigmática da política externa brasileira, na qual se verificou o término do ciclo desenvolvimentista e a consequente continuação do *Estado normal* -iniciado na era Collor-, Cervo (2001) defende que a sua política externa pautou-se por novas orientações, confusas e contraditórias, tendo predominado os interesses económicos do país. Não obstante, importa lembrar que a própria conjuntura internacional da altura, aliada ao “*processo de impeachment de Collor de Mello, em 1992, e o hiato do governo de Itamar Franco até 1994 contribuíram para esta indefinição*” (Patrício, 2012; 309).

Apenas com o início da presidência de FHC, acompanhado por Luiz Felipe Lampreia sob o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (1995-2000), a política externa brasileira começou a demonstrar sinais de mudança. A diplomacia pessoal exercida por FHC contribuiu para a propagação do universalismo na política externa brasileira, assim como a diversificação de parceiros, mediante quatro eixos principais: o multilateralismo, o regionalismo, os EUA e a União Europeia. Neste sentido, o governo FHC aprofundou o processo Mercosul e manteve a perspectiva da integração sul-americana, quer através da procura de um acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina, quer através de uma associação direta entre os diversos países, a nível político-económico e em termos de desenvolvimento físico de infraestrutura (Oliveira, 2008; 255), buscando o entendimento com a Argentina. Observou-se igualmente o início de uma série de negociações com a União Europeia, culminando na assinatura, em 1995, do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação UE-Mercosul, que representou um dos primeiros acordos internacionais de carácter inter-regional. Acrescenta-se ainda a institucionalização das negociações entre a região e a Ásia do Leste, através do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), bem como o Acordo-Quadro de livre comércio com a África do Sul. Importa também referir a política de aproximação aos

países intermediários ocorrida durante este período, designadamente com a China, Índia e África do Sul (Oliveira, 2008; 256).

Com receio de perder influência sobre a região latino-americana, os EUA retomaram em 1994 a proposta de Bush de criar uma Zona Hemisférica de Livre Comércio, designada por ALCA (Patrício, 2012; 310), sendo mais um marco da agenda externa implementada durante o governo FHC. Cabe igualmente mencionar a ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), ocorrida em 1998, e o início da participação do Brasil nas missões de paz das Nações Unidas, afastando-se da *“postura defensiva dos governos militares relativamente ao narcotráfico e aos direitos humanos”* (Patrício, 2009; 310). No que concerne à região da América do Sul, esta ocupou um papel fundamental na política externa brasileira de FHC, dando forma à identidade sul-americana do país, segundo a qual *“a liderança da América do Sul era vista como uma consequência natural da proeminência geoeconómica do Brasil”* (Domingues, 2011).

Não obstante, o governo FHC foi igualmente alvo de diversas críticas, sendo a sua política externa classificada como subsidiária do sistema internacional, ou mais concretamente dos EUA, não correspondendo, por um lado, às demandas brasileiras e, por outro, a uma desistência de construir uma política internacional própria (Oliveira, 2008; 256). De acordo com Cervo *“a dispersão da política exterior, que não traçou rumo firme, a não ser os parâmetros do que chamamos de Estado normal –subserviente, destrutivo e regressivo – foi marca do governo de Cardoso. Lidou com a integração do Cone Sul e da América do Sul, com negociações simultâneas do lado da ALCA e da União Europeia, privilegiou o multilateralismo sem abandonar o bilateralismo tradicional. A essas diversas frentes de ação faltou cimento de uma estratégia de ação madura, no mundo da interdependência global”* (2002; 30).

Para Patrício (2012; 312), os resultados alcançados pela diplomacia brasileira de FHC estiveram aquém do que seria esperado, devido, em primeiro lugar, à manutenção dos quatro eixos acima referidos, que *“romperam com a tradição universalista da política externa brasileira, comprometendo os interesses nacionais (...) o que levou o Brasil a projetar-se apenas em relação aos países do Primeiro Mundo e a reprimir parcerias outrora consolidadas”*. Em segundo lugar, a autora defende que *“o comércio externo perdeu o carácter de instrumento estratégico de desenvolvimento, assumindo-se*

*como variável dependente da estabilidade dos preços. Deixou de promover a produção interna e a formação de capital, para passar a fazer face ao serviço da dívida, agravando o défice comercial e o défice da Balança de Pagamentos”. Face a este cenário, a ausência de liquidez no Brasil provocou a busca por capitais externos, por meio da aplicação de uma política de juros altos e outra de privatizações. Observou-se igualmente o aumento da dependência empresarial e tecnológica do Brasil, na medida em que a economia do país regressou às atividades primárias, o que fez aumentar a vulnerabilidade externa e a consequente perda de influência sobre a sociedade internacional. Por fim, a autora menciona o facto de que FHC importou o modelo dos países avançados, “aplicando-o *ipsis verbis* no Brasil, sem a adaptação que exigiria a aplicação, num país em desenvolvimento de um modelo diferente dos países ricos.”*

Assim, devido à crise financeira sucedida em 1999 e aos resultados desanimadores da política externa, FHC decidiu modificar o rumo das suas estratégias, promovendo um novo método de inserção internacional para o Brasil, que seria concretizado durante o governo do seu sucessor Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Neste sentido, FHC procurou conciliar a abertura económica com um programa social inédito, designado por Bolsa Família. Ao mesmo tempo, desde que era ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, FHC implementou políticas económicas que proporcionaram o sucesso económico do Brasil, sendo o fundador do Plano Real, que controlou a inflação e “*estruturou as bases para a estabilização económica do Brasil, assim que a conjuntura internacional o permitisse. Na presidência seguinte*” (Patrício, 2012; 314). Deste modo, FHC alcançou a estabilidade política e económica do Brasil, abrindo caminho para o governo Lula, que pôs em prática uma política externa ainda mais assertiva, enquadrada na corrente autonomista, como será analisado em seguida.

1.5.2 - A Era Lula (2003-2010): A afirmação do Brasil no cenário internacional

Em 2003, aquando da tomada de posse do seu primeiro mandato presidencial, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu em seu discurso no Congresso Nacional:

“Mudança: esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a

sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos (...) chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou; uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos” (Silva, Luiz Inácio, 2003).

De facto, a transição do governo de centro-direita do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), de FHC, para o Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula, simbolizou uma mudança significativa, não apenas nos dirigentes, mas igualmente nas próprias prioridades de governação. Assim, a nível social, Lula priorizou o combate, em termos práticos, da pobreza e das injustiças sociais, o que possibilitou o reforço da classe média brasileira e a promoção do emprego e do bem-estar social, através do programa Bolsa Família, considerado um dos mais benéficos dentro dos países emergentes. Observou-se, simultaneamente, o retorno da retórica nacionalista a favor da expansão e sofisticação da economia doméstica, e o consequente distanciamento da inserção internacional promovida por FHC (Cadete, 2015; 116). A nível económico, o governo Lula deu continuidade às políticas desenvolvidas pelo seu antecessor, designadamente no que se refere à estabilidade cambial e ao controlo de inflação. A atenuação das desigualdades sociais, efetivada através do aumento das despesas do Estado em proteção social, aliada ao desempenho favorável da economia brasileira, permitiu ao Governo credibilidade para legitimar a sua ação política a nível doméstico e internacional (Cadete, 2015; 119).

Para Lima, o governo Lula conjugou uma política macroeconómica ortodoxa, similar à de FHC, com uma política externa heterodoxa, com fortes ligações à corrente autonomista. Neste sentido, a sua administração procurou *“fundir a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano, que visa a inserção na ordem internacional com o objetivo de eliminar as assimetrias entre as nações. Esta abordagem diferencia-se da política de Henrique Cardoso porque o Estado exerce não apenas a função de promoção da estabilidade económica, mas também a de auxiliar a sociedade na promoção dos seus interesses”* (2005; 24).

No que se refere à comparação da política externa do então presidente Lula com a de seu antecessor FHC, Adriano de Freixo afirma que *“com Fernando Henrique*

Cardoso (FHC), recebido com honras e admiração no círculo restrito da terceira via dos anos 1990, formado por Bill Clinton (EUA), Tony Blair (Reino Unido) e Lionel Jospin (França), o Brasil havia sido aceito como o último dos primeiros; já o Brasil de Lula, com as novas diretrizes diplomáticas, assumidas a partir de 2003, teria decidido tornar-se o primeiro dos últimos” (2011; 7). De facto, é possível verificar que durante a Era Lula a política externa brasileira alterou o foco das suas prioridades, esta voltou-se, no discurso e na prática, para os países do chamado Sul Global. Ainda que mantendo férteis relações diplomático-comerciais com os EUA e a União Europeia, o governo Lula procurou aproximar-se dos países menos favorecidos e também daqueles cujos níveis de desenvolvimento económico eram equivalentes ao do Brasil, especialmente Índia, China, Rússia e África do Sul. Para Oliveira (2008; 263), esta aproximação ocorreu na medida em que esses países representam mercados emergentes, com vastas possibilidades de absorção de produtos brasileiros e de fornecimento de insumos ou investimentos requisitados pelo Brasil, o autor refere ainda que esses países são espaços políticos com elevada expressão regional, havendo uma perspetiva de atuação conjunta em organismos internacionais, com o intuito de uma redefinição do sistema internacional, em prol da defesa conjunta dos seus interesses face aos países desenvolvidos.

Cabe referir que, a política externa da administração Lula, para além de manter na sua agenda os temas globais de proteção ambiental, defesa dos direitos humanos, combate à pobreza e defesa da democracia, atribuiu elevado destaque à cooperação Sul-Sul (Saraiva, 2009), com o intuito de tentar equalizar os benefícios da globalização entre os países ricos e os emergentes, através da defesa de uma ordem internacional mais justa e igualitária. Neste sentido, destaca-se a criação de coligações anti-hegemónicas como o G-20, o G3-IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), que deu lugar à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), no ano de 2008.

Para Vigevani & Cepaluni (2007), a política externa brasileira durante a administração Lula tinha por base um conjunto de diretrizes, designadamente: contribuir para um maior equilíbrio e atenuação do unilateralismo; fortificar as relações bilaterais e multilaterais para aumentar o peso do país nas negociações económicas e políticas a nível internacional; aprofundar o intercâmbio económico, financeiro, tecnológico e cultural e evitar acordos que possam limitar o desenvolvimento do país a longo prazo. A execução

destes princípios ocorreu por meio de diversas iniciativas, nomeadamente a intensificação das relações com os países emergentes; o relevante papel desempenhado nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC); a aposta no estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul; a procura por uma voz mais significativa no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; o desenvolvimento de relações económicas com os países africanos, sobretudo os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); a campanha para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a busca de um lugar permanente para o Brasil e, ainda, a participação ativa em diversas organizações internacionais e fóruns multilaterais (Cadete, 2015; 129).

No que concerne à política e segurança internacional, cabe referir a participação das forças militares brasileiras em ações de promoção da paz, nomeadamente em Angola (2003) e no Haiti (2004). A nível regional, o Brasil manteve o papel de mediador das crises locais, tais como a da Venezuela (2003), da Bolívia (2003 e 2006) e do Equador (2004), esta posição pode ser considerada como *“uma iniciativa para consolidar a liderança brasileira na região e aumentar o peso no cenário internacional (...), o que significa uma revisão dos preceitos tradicionais da política externa brasileira não-intervencionista”* (Saraiva, 2009; 90). No âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas a identidade brasileira permaneceu alinhada com a perspectiva do Terceiro Mundo, defendendo os interesses dos países em desenvolvimento (Cadete, 2015; 139).

Por fim, destaca-se o estabelecimento da parceria estratégica Brasil-União Europeia no ano de 2007, considerada uma consequência do comportamento ativista do Brasil no cenário internacional. Tal parceria, proposta pela UE, simboliza uma associação fundada em interesses comuns, que visa promover o multilateralismo e a busca de ações conjuntas a nível de direitos humanos, pobreza, questões ambientais e energia, assim como a estabilidade da América Latina e o reforço das negociações com o Mercosul (Saraiva, 2009; 89).

1.5.3 - O Governo Dilma Rousseff (2011-2016): o declínio do Brasil no cenário internacional

Tendo adotado como lema de campanha *dar continuidade às políticas do governo Lula*, Dilma Rousseff, também filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi nomeada para desempenhar o cargo de Presidente da República nas eleições de outubro de 2010. Beneficiando do prestígio que o seu antecessor conquistou para o Brasil, a nível doméstico e internacional, Dilma deparou-se, inicialmente, com um cenário favorável, do qual se destacam os progressos sociais e o sucesso económico do país. A diversificação de parceiros promovida na administração anterior, permitiu que a economia brasileira continuasse a crescer, mantendo-se praticamente imune aos efeitos da crise económica de 2008, na medida em que o Brasil se distanciou do decadente Ocidente e privilegiou os mercados emergentes, em especial a China (Patrício, 2012; 355). Todavia, a nova presidente teria ainda que enfrentar sérios problemas internos, passando pela sobrevalorização do Real, causa do aumento do custo de vida no país, pela escassez das infraestruturas, pela falta de eficiência do Estado em fornecer melhorias a nível de saúde, segurança e educação e, ainda, pela ausência de mão-de-obra qualificada (Patrício, 2012; 364).

A nível de política externa, Dilma Rousseff demonstrou ser menos internacionalista que Lula, o que resultou na formulação e execução de uma política externa menos presente e de baixo perfil, não tendo apostado numa diplomacia presidencial como fizeram os anteriores presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula (Patrício, 2012; 357). Pelo contrário, Dilma atribuiu maior enfoque às questões internas, mantendo-se fiel aos princípios do desenvolvimentismo e do nacionalismo, defendendo como preocupação central o desenvolvimento do país. Não obstante, as medidas aplicadas pela nova presidente ficaram muito aquém do desejado.

Num estudo realizado sobre a análise do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, Cervo & Lessa (2014; 133) defendem que *“as relações internacionais do Brasil atravessam, durante os quatro anos do primeiro governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014, um período caracterizado pelo declínio relativamente ao período correspondente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, quando se lidava com o conceito de ascensão”*. Segundo os mesmos autores, “os

resultados da queda de eficiência do paradigma logístico de aliança Estado-sociedade são concretos e incidem sobre os fundamentos internos da emergência no cenário internacional: queda do percentual da indústria no PIB, reprimarização económica, queda das exportações, queda do crescimento económico e quebra da confiança no país do empresariado nacional e estrangeiro” (2014; 135). Neste sentido, os autores acreditam que estes fatores provocaram o decréscimo da presença e da influência económica, política e geopolítica do Brasil sobre o cenário internacional.

Por sua vez, o segundo mandato de Dilma Rousseff, já sem a influência dos progressos alcançados pelo presidente Lula, caracterizou-se pelo aumento galopante da inflação, note-se como exemplo a subida do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) para 10,7% no ano de 2015, sendo que nos anos anteriores a inflação havia registado a casa dos 6%, provocando o encarecimento das despesas em alimentação, transportes, saúde e educação (Westin, 2017; 20). Relativamente aos juros, observou-se a subida da taxa básica fixada pelo Banco Central, atingindo o valor de 14,25% em outubro de 2015. Os empresários, por sua vez, foram obrigados a baixar os salários dos seus funcionários e até mesmo fechar as portas das suas empresas, entrando a economia no precipício da recessão. Verificou-se igualmente o aumento da taxa de desemprego e a diminuição do salário médio nacional de R\$ 2067 para R\$ 2004 entre maio de 2014 e maio de 2016 (Westin, 2017; 21). Com as contas do governo no negativo, a presidente foi obrigada a cortar diversas políticas de amparo social, nomeadamente na área da educação, anunciadas como uma prioridade durante a sua campanha eleitoral.

Para Westin (2017; 8) *“uma parte do fracasso do governo Dilma 2 é explicada pela mistura explosiva de crise política, economia em recessão e ira popular, tudo isso inflamado por revelações diárias a respeito do maior esquema de desvio de dinheiro público já descoberto na história nacional, que sugou a estatal Petrobrás e foi desbaratada pela Operação Lava Jato”*. Tais motivos levaram ao afastamento de Dilma Rousseff do poder, sem ter chegado sequer à metade do segundo mandato. A Presidência da República passa então a ficar sob o encargo do vice-presidente Michael Temer, que deixa de ser presidente interino para concluir o mandato de Dilma Rousseff e governar o Brasil até outubro de 2018, período em que ocorrerá uma nova eleição presidencial no país.

Capítulo 2 –

A Evolução da Relação Bilateral Brasil-UE: da década de 1960 à Atualidade

O presente capítulo tem como objetivo de pesquisa a evolução da relação bilateral Brasil-UE a partir da década de 1960, quando foram estabelecidas as primeiras missões diplomáticas entre ambos, até à atualidade. Para tal, serão analisados os acordos celebrados entre as partes, culminando com a assinatura da Parceria Estratégica, no ano de 2007, que simbolizou um novo marco no relacionamento bilateral Brasil-UE. Objetiva-se, ainda, compreender quais foram as motivações e expectativas, brasileiras e europeias, que estiveram na base da decisão de estabelecer a parceria estratégica. Por fim, pretende-se analisar o conteúdo e o funcionamento desta parceria, atribuindo destaque à instituição do mecanismo de reuniões anuais de cúpula, que representa um fórum de diálogo contínuo entre as partes.

2.1 - Histórico da relação bilateral Brasil-União Europeia: os acordos estabelecidos

Ainda que a progressiva emergência do Brasil no sistema internacional tenha impulsionado o estreitamento dos seus laços com a União Europeia, a verdade é que o relacionamento entre ambos não é recente, tendo se iniciado há algumas décadas atrás.² As interações entre o Brasil e a Europa Ocidental sucederam-se mediante dois níveis distintos, designadamente “*a) com notada intensidade do ponto de vista binacional, com Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Portugal b) frágeis do ponto de vista comunitário*” (Silva, 2011; 2), sendo que as segundas foram estabelecidas na década de 1960, por meio da criação da missão diplomática do Brasil junto à antiga Comunidade Económica Europeia (CEE), embora as duas décadas seguintes tenham se caracterizado por poucos progressos.

Durante a década de 1970, os Estados-membros da CEE foram alvo de uma elevada recessão económica, causada pelo término do sistema de Bretton Woods (1971), e pela crise do petróleo (1973), fazendo disparar os índices de inflação e desemprego. Cientes das suas fragilidades, os líderes europeus decidiram aproximar-se das regiões periféricas do mundo, com o intuito “*de assegurar o abastecimento com fontes alternativas de matérias-primas, de alargar os investimentos e de franquear o acesso de*

² Ver anexo 1

seus produtos aos mercados do além-mar” (Silva, 2011; 2). Foi neste contexto que a América Latina passou a ser percebida pelos europeus como uma região estratégica, marcando o início dos Acordos de Primeira Geração, que têm como objetivo reduzir os obstáculos ao comércio entre as partes e intensificar a cooperação aduaneira (Patrício, 2009; 4). Importa referir que estes Acordos foram estabelecidos a nível bilateral entre a CEE e os Estados da América Latina considerados com elevado potencial económico, nomeadamente Argentina (1971), Uruguai (1973), Brasil (1974) e México (1975). Assim, o primeiro Acordo de cooperação comercial bilateral entre o Brasil e a CEE ocorreu em 1973 e entrou em vigor em janeiro de 1974. Este Acordo fundava-se no *“artigo 113 do Tratado da Comunidade Europeia que estabelecia relações de carácter estritamente comerciais, de carácter não-preferencial, ou seja, não garantia quaisquer vantagens senão aquelas decorrentes do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)”* (Silva, 2011; 3).

Neste sentido, o diálogo estabelecido *“não gerava qualquer cooperação efetiva com o conjunto dos países latino-americanos, levando os embaixadores do GRULA a propor, em 1979, um diálogo renovado CEE-América Latina”* (Patrício, 2009; 4), efetivado através da assinatura do Acordo Quadro de Cooperação em 1980, que entrou em vigor em 1982. O Acordo-Quadro insere-se já nos Acordos de Segunda Geração e revelou-se mais abrangente, uma vez que *“extrapolava o conteúdo eminentemente comercial e alcançava o terreno político, mas ainda resguardava a índole não-preferencial”* (Silva, 2011; 3), englobando igualmente temas como a cooperação empresarial e científica. Firmado ainda sob a vigência de um regime militar no Brasil, o Acordo-Quadro visava aprofundar e diversificar as relações comerciais e económicas entre ambos. Note-se que o artigo 4º deste Acordo instituiu a criação da Comissão Mista de Cooperação, *“incumbida de encorajar e de acompanhar as diferentes atividades de cooperação comercial e económica previstas entre o Brasil e as Comunidades Europeias”* (Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Económica Europeia, 1980), possibilitando a realização de diálogos setoriais bilaterais em diversas áreas regularmente. A realização dessas reuniões demonstrou o interesse, por parte da CEE, no aprofundamento das suas relações com o Brasil. Contudo, ainda que as reuniões da Comissão devessem ser anuais, a primeira ocorreu apenas em 1984 e a segunda em 1987, tendo como resultado a criação do Conselho Empresarial Brasil-CEE (Silva, 2011; 3).

Após a assinatura do Acordo-Quadro de 1982, as relações Brasil-CEE sofreram uma relativa estagnação, devido à crise financeira brasileira (Patrício, 2009; 4). Assim, foi somente *“a partir de 1987 que as relações ganharam uma dinâmica mais regular, facilitada quer pelo início do processo de democratização brasileiro quer pela entrada em vigor do Ato Único Europeu”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 94). Pode igualmente referir-se que a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias, em 1986, criou diversas expectativas económicas e políticas quanto ao fortalecimento das relações entre a CEE e a América Latina, em especial com o Brasil, devido aos fortes laços históricos e culturais existentes, sendo o país considerado por Portugal como um líder regional. A partir de então foram aprovados diversos projetos de parceria entre o Brasil e a CEE, e esta tornou-se a principal parceira comercial do Brasil, substituindo os EUA (Patrício, 2009; 5).

Cabe referir que a transição da década de 1980 para a década de 1990, coincidiu com a alteração dos modelos de desenvolvimento autárquicos e nacionalistas até então adotados pelos países da América Latina (Patrício, 2009; 6). Assim, os mesmos passaram a priorizar a abertura comercial e o consequente distanciamento de políticas terceiro-mundistas, atribuindo maior ênfase aos contatos com países industrializados. Foi neste contexto que, em 1992, sob a presidência brasileira de Fernando Collor de Mello, ocorreu a atualização do Acordo-Quadro de 1982. Não só a conjuntura internacional e interna do Brasil eram favoráveis a esses avanços, como também o novo quadro institucional da União Europeia, devido ao Tratado de Maastricht, que veio alterar a designação da Comunidade para União Europeia e impulsionou a assinatura do Acordo-Quadro entre o Brasil e as Comunidades, em 1992. A política externa de Fernando Collor de Mello foi marcada pela tentativa de modernização do país e, simultaneamente, pelo vínculo aos EUA e a aproximação à União Europeia e ao Japão, entendidos como potências industrializadas e desenvolvidas. Do seu breve mandato destaca-se a criação do Mercosul, institucionalizado em 1991, pelo Tratado de Assunção. Importa mencionar que o Mercosul veio contribuir para o desenvolvimento da relação inter-regional, uma vez que simbolizou a criação de um interlocutor coletivo, capaz de dialogar em pé de igualdade com as Comunidades (Patrício, 2009; 6).

O Acordo-Quadro em análise entrou em vigor no ano de 1995, já sob presidência brasileira de Fernando Henrique Cardoso e insere-se nos Acordos de Terceira Geração.

Note-se que foi durante a presidência de FHC que a Europa esteve mais presente na política externa brasileira, uma vez que a União Europeia constituía um dos quatro eixos essenciais da sua diplomacia (Patrício, 2009; 2). O Acordo-Quadro funcionou como base de orientação para as relações bilaterais do Brasil e da UE até ao momento da assinatura da parceria estratégica, em 2007. Este contemplava a cooperação em vários domínios como, por exemplo, a promoção da democracia e dos direitos humanos; energia, transportes e telecomunicações; turismo, proteção do meio ambiente, saúde e desenvolvimento social, e visou especificamente *“expandir e diversificar o comércio entre as partes e reforçar a cooperação nas áreas do comércio, dos assuntos económico e financeiros e da ciência e tecnologia”* (Sorneta & Herniou, 2009; 11). Através do artigo 29º do Acordo, as partes optam por manter a Comissão Mista, fundada em 1982, que promoveu encontros bianuais até 2007, com o intuito de assegurar o bom funcionamento do pacto e coordenar as atividades e projetos (Silva, 2011; 4). Ainda no quadro das relações Brasil-UE, foi assinado, em 1994, com o Banco Europeu de Investimento, o Acordo-Quadro de Cooperação Financeira, que possibilitou a concessão de empréstimos para financiamentos de projetos públicos (Silva, 2011; 5).

Não obstante, durante a década de 1990 os interesses estratégicos da União Europeia na América Latina focaram-se sobretudo no aspeto regional, permanecendo as interações com o Brasil com um papel secundário (Lazarou & Fonseca, 2013; 102). Neste sentido, a UE optou pelas regiões, em vez dos Estados, como seus parceiros, atribuindo maior atenção ao relacionamento com o Mercosul. Note-se que os dois blocos procederam à assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação, no ano de 1995. Cabe referir que *“a tônica no inter-regionalismo esteve enraizada na ambição da UE de construir uma política externa que promovesse o seu próprio modelo de integração regional”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 103). Todavia, devido às alterações da conjuntura internacional, o regionalismo acabou por demonstrar as suas fraquezas, causando a suspensão das negociações inter-regionais no início da década de 2000. Por sua vez, o Brasil tornou-se efetivamente uma alternativa aliciante para a UE, devido ao desenvolvimento de uma política externa proativa e ao crescimento económico do país, sob a presidência de Lula.

Assim, em janeiro de 2004, o Brasil e a UE assinaram o Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, que representa uma das principais vias de cooperação entre ambos. O Acordo, que entrou em vigor em 2007, visa regular e

promover a cooperação entre o Brasil e a UE no que se refere à investigação e ao desenvolvimento científico e tecnológico e esteve na base da assinatura do Acordo de Cooperação com a Euratom, em 2009. De acordo com o artigo 4º, este Acordo engloba temas como a biotecnologia; tecnologias da informação e das comunicações; bioinformática; microtecnologias e nanotecnologias; investigação de materiais; gestão e uso sustentável dos recursos ambientais; saúde e medicina; aeronáutica, entre outras.

Em 2005, a então Comissária europeia para as Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner, viajou para o Brasil dando início a uma série de encontros ao mais alto nível com o futuro parceiro estratégico. Neste âmbito, destaca-se a visita ao Brasil do então Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, no ano de 2006, com o intuito de atribuir um novo sentido às relações bilaterais, reconhecendo os potenciais benefícios da cooperação num conjunto de áreas, definido no *Joint Committee meeting*, em abril de 2005. Um ano após a visita de Durão Barroso, a Comissão Europeia, através do comunicado *Para uma parceria estratégica UE-Brasil*, ao Conselho e ao Parlamento Europeu, expressou que o Brasil se tinha tornado “*um protagonista cada vez mais importante em nível mundial e um interlocutor essencial para a UE*” e que, por isso, havia chegado “*o momento de olhar para o Brasil como um parceiro estratégico, um ator económico de primeiro plano na América Latina e um líder regional*” (Comissão Europeia, 2007; 2). Neste sentido, a Comissão propôs ao Brasil o estabelecimento da parceria estratégica, com o intuito de intensificar e alargar a cooperação entre ambos, de modo a lidar em conjunto com os desafios comuns (Patrício, 2009; 14). Por sua vez, o Brasil demonstrou interesse recíproco em estabelecer a parceria estratégica com a UE.

Note-se que atualmente o Brasil possui três vias distintas que medeiam as suas relações com a União Europeia, nomeadamente “*através das suas relações históricas, culturais, económicas e políticas com os países europeus, por intermédio do Acordo UE-MERCOSUL e, finalmente, através da mais recente Parceria Estratégica UE-Brasil, assinada em 2007*” (Vasconcelos, 2015; 14), que será analisada em seguida.

2.2 - A Parceria Estratégica: um novo marco para a relação Brasil-União Europeia

Conforme mencionado supra, as interações diplomáticas entre o Brasil e a então CEE tiveram início durante a década de 1960. Desde então, este relacionamento tem vindo a evoluir, mantendo-se uma constante na política externa brasileira. Com o estabelecimento da parceria estratégica, em 2007, as relações Brasil-UE alcançaram um

novo patamar, contribuindo para o estreitamento dos vínculos políticos e económicos entre ambos. Pretende-se, adiante, explorar quais foram as motivações que estiveram na base da assinatura da parceria estratégica, bem como averiguar o conteúdo e o funcionamento da mesma, sendo relevante referir a instituição das reuniões de cúpula anuais entre líderes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias.

2.2.1 - As motivações e expetativas da UE ao estabelecer a Parceria Estratégica

O século XXI propiciou o desenrolar de acontecimentos que modificaram a compreensão europeia quanto ao sistema internacional, a ordem global e o papel que a UE assumirá nessa mesma ordem. Simultaneamente, *“o progresso de economias em desenvolvimento pôs em causa a natureza unipolar da ordem global, assim como a divisão rígida do mundo entre países fortes e desenvolvidos de um lado, e fracos e em desenvolvimento de outro”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 104).

Perante um cenário internacional mutável, classificado por Giovanni Grevi (2009) como “interpolar” (interdependente e multipolar), a concretização das metas de política externa que a UE priorizou no âmbito da sua Estratégia de Segurança em 2003, designadamente o combate a proliferação nuclear e a promoção da democracia e da boa governança, encontra-se cada vez mais dependente da sua aptidão para atuar junto de atores emergentes. Assim, *“a UE está respondendo à ascensão de novos atores internacionais por meio de suas parcerias estratégicas”* (Rodt & Whitman, 2014; 122), esperando que estas possam servir como um instrumento de política externa comum, que contribua para melhor alcançar os seus objetivos e interesses, bem como promover ideais e valores com os quais se identifica. Por outro lado, esta postura representa uma mudança na ação externa da UE perante os países emergentes, que adquirem uma voz significativa nas problemáticas internacionais (Lazarou & Fonseca, 2013; 110).

No que se refere à opção brasileira, Rodt & Whitman (2014; 132), defendem que a UE possuiu cinco motivações para estabelecer a parceria com o Brasil. Em primeiro lugar, os autores destacam que a Europa reconheceu o papel do Brasil como potência emergente no sistema internacional; em segundo lugar, fazem referência ao facto do Brasil, juntamente com o resto da América Latina, representar um mercado emergente para a UE no qual ela disputa com os EUA e a China; em terceiro lugar, os autores mencionam a forte afinidade cultural entre Brasil e Portugal, que foi uma peça-chave no

estreitamento das relações entre a UE e o Brasil, sendo relevante referir que a presidência do político português José Manuel Durão Barroso na Comissão Europeia foi considerada por muitos como o impulso das negociações entre as Partes; em quarto lugar, defendem que a UE e o Brasil compartilham os ideais de democracia, Estado de direito, coesão social, desenvolvimento sustentável e acreditam na ordem multilateral internacional. Por fim, os autores consideram que a UE apoia a ambição do Brasil pela liderança regional na América Latina, vendo no Brasil um parceiro estável e cooperativo, capaz de conter a onda de populismo de esquerda nacionalista que se espalhou na região, liderada na Venezuela por Hugo Chávez.

Convém ainda mencionar que o protagonismo internacional assumido pelo Brasil durante os dois mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010) contribuiu significativamente para influenciar a decisão da UE de convidar o país para se tornar um dos seus sócios estratégicos, em 2007. Note-se que o modelo logístico teve forte impacto para o desenvolvimento positivo do Brasil, simultaneamente no panorama doméstico e no internacional. De facto, durante o Governo Lula, o Brasil assumiu especial destaque, devido ao seu *“peso geoeconómico e demográfico, a dimensão do seu mercado interno e a avaliação dos seus indicadores económicos e políticos”* (Patrício, 2012; 287).

Neste sentido, o Brasil conseguiu consolidar o seu objetivo de se tornar uma potência global. Para Amado Cervo (2012; 88) *“se o lugar do Brasil era a América do Sul, por volta de 2000, uma década depois, o lugar do Brasil é o mundo”*, como exemplo desta ambição universalista pode referir-se o facto do Brasil ter vindo a frequentar as reuniões do G8, a partir de 2003, bem como ter sido convidado a participar do G20 e, ainda, ter sido considerado um BRICS pelo economista norte-americano Jim O’Neil, do grupo Goldman Sachs. Acresce que, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos³, *“o Brasil apresentou uma grande resistência à crise económica global, vindo a sofrer apenas mais tarde o choque na sua economia interna”* (Vasconcelos, 2015; 19).

Segundo Rodt & Whitman (2014; 122) é possível enumerar três aspetos que contribuíram para a transformação do Brasil num país em elevado desenvolvimento, nomeadamente, a diversificação das suas relações externas, a estabilidade económica e a continuidade política verificada durante a Era Lula. Relativamente à diversificação da política e das relações externas, destaca-se a promoção do desenvolvimento regional da

³ Ver anexo 2

América do Sul, na qual o então presidente assumiu uma posição ativa através do lançamento da UNASUL e do investimento no MERCOSUL; a intensificação da relação económica com os países emergentes, especialmente com a China e a Índia e o interesse pelos países africanos. Por fim, chama-se atenção para a participação dinâmica do Brasil no G20 e no Fórum de diálogo IBAS, reforçando a sua orientação para a cooperação Sul-Sul e tornando-se um interlocutor fundamental para os países em desenvolvimento. No que se refere à estabilidade económica realça-se a descoberta das jazidas petrolíferas na zona costeira, que *“podem vir a lançar a economia brasileira no ranking dos países exportadores de petróleo, tornando-se mais independente do ponto de vista estratégico”* (Vasconcelos, 2015; 21). Em último lugar, quanto à continuidade política, pode afirmar-se que os dois mandatos do presidente Lula proporcionaram ao país um panorama político estável e, do ponto de vista económico, próspero.

Estas circunstâncias favoráveis despertaram a atenção dos líderes europeus, que conferiram credibilidade ao Brasil, demonstrada através da sua decisão de considerá-lo como parceiro estratégico, acrescentando o país à restrita lista dos seus principais interlocutores. Assim, a UE viu no Brasil um parceiro válido, não apenas na região latino-americana, mas também a nível internacional. O discurso de Durão Barroso, em 2007, reflete essa posição ao proferir que *“o Brasil é um parceiro importante para a UE. (...) Ao propor laços mais fortes, estamos a reconhecer a qualificação do Brasil como um key player para se juntar ao clube restrito dos nossos parceiros estratégicos”* (Comissão Europeia, 2007; 1).

2.2.2 - As motivações e expetativas do Brasil ao estabelecer a Parceria Estratégica

O universalismo seletivo, característico da visão pragmática de elaboração da política externa brasileira, tem possibilitado ao país a eleição de parceiros especiais, dignos de atenção diplomática privilegiada. Este fenómeno pode ser denominado parcerias estratégicas, definidas por Lessa (1998; 43) como *“relações políticas e económicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um património de relações bilaterais universalmente configurado.”* Segundo este autor, tais parcerias têm-se revelado um elemento constante na história da política externa brasileira e são *“fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para*

movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente.”

No que se refere às motivações brasileiras para assinar a parceria estratégica com a União Europeia, pode referir-se o facto de que o Brasil via na parceria uma possibilidade de potenciar a sua projeção e aumentar a sua credibilidade internacional. Neste sentido, para os líderes brasileiros, a parceria estratégica representava *“um instrumento de fortalecimento, reconhecimento e prestígio na arena internacional, bem como um caminho de aproximação do Brasil aos países da Europa com maior relevância”* (Vasconcelos, 2015; 18). Ao mesmo tempo, o Brasil procurou, através da parceria, diversificar o seu relacionamento com as grandes potências, na medida em que *“a UE se apresenta para o Brasil como um complemento à sua relação com os EUA, permitindo-lhe dialogar com outro ator com alcance global”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 113). Assim, Cervo (2008; 32) defende que *“a conformação de parcerias estratégicas beneficia-se da constatação da dependência excessiva com relação aos EUA, e do ressurgimento, na cena internacional, de atores que poderiam oferecer alternativas a esse relacionamento”*. Além disso, a UE representa um interlocutor de extrema relevância para o Brasil, designadamente no que concerne à reforma das instituições multilaterais e dos seus processos decisórios, sobretudo no âmbito da Organização das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança.⁴

Quanto à estabilidade e ao desenvolvimento da região latino-americana, o Brasil pode igualmente vir a beneficiar dos efeitos da parceria, uma vez que *“a UE está apta a transferir as suas experiências e know-how em matéria de integração”* (Vasconcelos, 2015; 18). Torna-se ainda relevante referir que, por meio desta parceria, o Brasil pode potencializar a promoção da integração regional, bem como maximizar a sua credibilidade no âmbito do Mercosul.

A nível doméstico, o Brasil teve igualmente motivações que contribuíram para a concretização da parceria estratégica em análise, nomeadamente *“a ambição, por parte do governo brasileiro, de ver aumentar os investimentos e a transferência de tecnologia europeia para o Brasil”* (Vasconcelos, 2015; 18). Por outro lado, o Brasil via na parceria um instrumento de promoção do desenvolvimento, uma vez que *“ao juntar-se à UE, o*

⁴ Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>, data de acesso 15 de Julho de 2018

Brasil tem a hipótese de aprender e desenvolver uma estratégia para tentar minimizar as desigualdades e a pobreza na região” (Vasconcelos, 2015; 18). Deve-se igualmente mencionar o facto de que as relações económico-comerciais existentes são de elevada importância para ambas as partes, sendo que até ao ano passado a UE representava o principal parceiro comercial do Brasil, tendo sido atualmente ultrapassada pela China.

2.3 - O Conteúdo da Parceria Estratégica

A convergência de interesses entre as partes quanto ao aprofundamento da relação tornou possível o estabelecimento da Parceria Estratégica, que foi oficialmente instituída durante a primeira reunião de cúpula, ocorrida em Lisboa, no dia 4 de julho de 2007. Por meio deste encontro, o Brasil e a União Europeia celebraram uma ampla parceria, que visa o alargamento e a intensificação das relações económicas e comerciais, a união entre os povos, o reforço do diálogo nas políticas setoriais e, sobretudo, o fortalecimento do diálogo político entre ambos (Patrício, 2009; 16).

Compartilhando valores e princípios comuns o Brasil e a União Europeia optaram por construir estratégias conjuntas para fazer face aos desafios globais. Neste sentido, a parceria estratégica possui como foco principal os seguintes objetivos: manutenção da paz e segurança, defesa da democracia e dos direitos humanos, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, energias renováveis, luta contra a pobreza e exclusão social, cooperação nas áreas da ciência, tecnologia e investigação, integração regional, estabilidade na América Latina e, ainda, o cumprimento dos acordos internacionais não armamentistas, sob a ótica de que o multilateralismo centrado no sistema das Nações Unidas constitui a melhor opção para a resolução de todas estas problemáticas (Patrício, 2009; 16).

Outro aspeto relevante da parceria consiste no comprometimento das partes quanto ao fortalecimento do diálogo relativo às políticas setoriais, designadamente em matérias de transportes marítimos, da ciência e tecnologia, da sociedade de informação, do emprego e questões sociais, do desenvolvimento cultural e da educação, entre outras. Ademais, por meio deste Acordo, o Brasil e a UE enfatizaram *“a importância do entendimento e consciencialização pública relativamente às respetivas sociedades, defendendo o estímulo dos contatos da sociedade civil e dos intercâmbios entre os povos –designadamente do ponto de vista do Ensino Superior”* (Patrício, 2009; 17).

2.4 - O Funcionamento da Parceria Estratégica: as reuniões de cúpula anuais

O funcionamento da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia ocorre através do mecanismo de cúpulas anuais, ao mais alto nível político. O objetivo das cúpulas *“prende-se com a necessidade de negociação e posterior aplicação do disposto no Plano de Ação Conjunta do Brasil e da UE”* (Vasconcelos, 2015; 15), destas participam o presidente do Brasil, o presidente do Conselho da União Europeia e o presidente da Comissão Europeia. Acredita-se que a institucionalização da diplomacia de cimeiras, por meio dos encontros anuais, configura a principal inovação da parceria estratégica, uma vez que estas reuniões podem funcionar como um fórum de decisão do *modus operandi*, com vista à concretização dos objetivos comuns. Como defende Álvaro de Vasconcelos (2008; 7), *“este tipo de diplomacia de cimeiras oferece uma possibilidade real para aprofundar a cooperação com cada global player alcançando os assuntos bilaterais e dedicando-se a um conjunto de diálogos referente aos temas globais.”* Neste sentido, pode afirmar-se que a realização dos encontros regulares simbolizou um novo alento para as relações Brasil-UE, observando-se um aumento da interação diplomática estruturada entre as partes (Lazarou & Fonseca, 2013; 112).

Pretende-se, em seguida, analisar o desempenho das cimeiras e diálogos ocorridos entre o Brasil e a UE durante os anos de 2007 a 2017, sendo relevante referir que a parceria estratégica em questão já completou uma década de existência. Note-se que ao verificar as Declarações Conjuntas das cimeiras já realizadas é possível constatar um traço de continuidade no relacionamento bilateral. Este dedica igualmente elevada atenção ao equilíbrio global, *“dando a impressão de uma parceria entre dois atores com alcance global, ao invés de um acordo entre uma entidade regional voltada para assuntos internos e uma potência sul-americana”* (Lazarou & Fonseca, 2013; 109), sublinhando que ambos compartilham a mesma visão quanto à ordem internacional. Cabe ainda referir que, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, *“as cúpulas passam a ocorrer apenas em Brasília e em Bruxelas, alternadamente”* (Pereira, 2016; 44).

Como vimos, a I reunião de cúpula ocorreu no ano de 2007, na capital portuguesa, e marcou o lançamento efetivo da parceria estratégica⁵. Nela participaram o

⁵ Associação EUBrasil. Disponível em: <http://www.eubrasil.eu/pt/2007/07/04/cupula-brasil-uniao-europeia-lisboa-4-de-julho-de-2007-declaracao-conjunta/>, data de acesso 1 de Agosto de 2018

presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, como presidente do Conselho Europeu e o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Por sua vez, a II reunião de cúpula ocorreu em dezembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, com a visita ao Brasil do presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Neste encontro, as autoridades abordaram problemáticas globais, regionais e o aprofundamento das relações bilaterais. Foi igualmente formalizado o Primeiro Plano de Ação Conjunta Plurianual (2008-2011)⁶, que estipula as linhas orientadoras do diálogo de cooperação bilateral e enumera as metas a serem cumpridas mediante cada uma das áreas em análise. Por meio deste Plano as partes comprometeram-se a estabelecer uma relação que visasse “*promoting peace and comprehensive security through an effective multilateral system; enhancing the Economic, Social and Environmental Partnership to promote sustainable development; promoting regional cooperation; promoting science, technology and innovation; promoting people-to-people exchanges*” (Brasil-UE, 2008; 1).

A III reunião de cúpula realizou-se em outubro de 2009, na cidade de Estocolmo, uma vez que a Suécia exercia a presidência do Conselho da União Europeia, e contou com a presença do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, do presidente do Conselho da União Europeia, Fredrik Reinfeldt, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Neste encontro, foi debatido a implementação do Plano de Ação Conjunta, adotado anteriormente. Reiterando a importância da parceria estratégica, os líderes destacaram a possibilidade de inclusão de novas áreas setoriais de interesse recíproco. Tópicos atuais como as alterações climáticas e a crise financeira estiveram no cerne da agenda de negociações.

Em julho de 2010 dá-se a IV reunião de cúpula, na capital brasileira, por meio da visita do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, estando igualmente presentes o presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva e o seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Neste encontro, o Brasil e a UE enfatizaram a necessidade de um sistema multilateral efetivo, alicerçado numa Organização das Nações Unidas fortalecida e

⁶ Brazil European Union – Strategic Partnership Joint Action Plan. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008_joint_action_plan_en_0.pdf, data de acesso 1 de Agosto de 2018

reformada (Silva, 2011; 12). As partes salientaram igualmente o compromisso em matéria de desenvolvimento sustentável, combate às alterações climáticas, utilização das energias renováveis, preservação da biodiversidade e a promoção da paz e da democracia, incluindo o Médio Oriente. A cooperação na luta contra as drogas ilícitas, o crime organizado, a corrupção, o tráfico de pessoas, o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares foram outras das matérias relevantes desta cúpula. Os líderes abordaram ainda a necessidade de ultrapassar a crise financeira global, em simultâneo com a reforma da arquitetura financeira global, exigindo uma abordagem holística conjunta. Para além disso, foi divulgada a iniciativa de cooperação Trilateral Brasil-UE-África relativamente à produção de biocombustíveis (Pereira, 2016; 46).

Em outubro de 2011, a presidente brasileira Dilma Rousseff visitou Bruxelas, capital onde se situa a sede do Conselho Europeu, dando lugar à V reunião de cúpula Brasil-UE. Deste encontro participaram o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, tendo sido estipulado o Segundo Plano de Ação Conjunta (2012-2014)⁷, que tem como intuito fortalecer e estruturar a cooperação bilateral. Por meio deste, as partes reafirmaram os valores e princípios compartilhados, sublinhando o seu compromisso com a manutenção da paz e segurança internacional, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e inclusão social, entre outros. Concordaram em aprofundar o diálogo político, visando uma maior convergência quanto aos desafios globais, designadamente em questões de segurança como a corrupção, a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas, a nível bilateral e multilateral. Enfatizaram a importância do ensino superior, da cooperação académica e da mobilidade de estudantes, através do investimento em programas internacionais como o *Erasmus Mundus* e o *Ciência sem Fronteiras*. Reconheceram a necessidade de cumprir os Objetivos do Milénio, sobretudo no setor da erradicação da pobreza mundial. Comprometeram-se a trabalhar em conjunto para a conclusão da Rodada de Doha e, na área do desenvolvimento sustentável, a promover a conferência Rio+20, que ocorreu em junho de 2012. No que concerne às questões de política externa, os líderes discutiram a situação do norte da África e do Médio Oriente, em particular na Líbia e na Síria, concordando que o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos da ONU devem continuar ativamente envolvidos no assunto. Ademais, as

⁷ Council of The European Union. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/124878.pdf>, data de acesso 2 de Agosto de 2018

partes congratularam-se com a conclusão de um acordo de empréstimo de 500 milhões de euros entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) para projetos nos setores de energia renovável e eficiência energética.

Em janeiro de 2013, na capital brasileira, ocorreu a VI reunião de cúpula, contando com a presença do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Por meio deste encontro, os líderes procederam à assinatura dos seguintes documentos: Arranjo de Cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) da República Federativa do Brasil e o “Joint Research Centre” (JRC) da Comissão Europeia para Cooperação Científica e outras atividades em áreas de interesse comum, que visa *“incentivar, desenvolver e facilitar as atividades de cooperação entre o MCTI e o JRC, conduzidas com base no benefício mútuo, obtido por meio de um equilíbrio global de vantagens, oportunidades recíprocas de participação em atividades de cooperação e tratamento equitativo.”*⁸, bem como o Memorando de Entendimento Administrativo sobre Cooperação Técnica na área de bem-estar animal, entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Direção-Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor da Comissão Europeia, com o intuito de *“estabelecer um grupo de trabalho específico para o intercâmbio regular de informações e cooperação técnica para o bem-estar de animais de produção.”*⁹

Em fevereiro de 2014, deu-se a VII reunião de cúpula, a última ocorrida até ao ano presente, através da visita da presidente brasileira Dilma Rousseff à cidade de Bruxelas, participando o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Esta reunião contribuiu, entre outros aspetos, para as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, ao reforçar a intenção das partes em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado.¹⁰ Por meio deste encontro os líderes procederam também à assinatura dos Termos de Referência do Grupo de Trabalho (GT) Ad Hoc sobre temas

⁸ Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3297-#acordo1>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

⁹ Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3297-#acordo2>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

¹⁰ Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>, data de acesso 2 de Agosto de 2018

económicos, com ênfase em investimentos e competitividade. O GT Ad Hoc tinha como objetivo “*desenvolver a cooperação económica entre as Partes, dando ênfase aos investimentos e à competitividade, e proporcionar um fórum temporário para o diálogo económico e comercial entre o Brasil e a União Europeia.*”¹¹, sendo que o fórum económico visava abordar questões de interesse conjunto, procurando promover o intercâmbio de informação sobre o comércio de mercadorias e serviços; reforçar a competitividade das empresas, sobretudo as pequenas e médias; promover a ciência, a tecnologia, a investigação e o desenvolvimento, entre outras. Foi igualmente assinada a Declaração Conjunta sobre a Reunião Inaugural do Grupo de Trabalho Ad Hoc Brasil-União Europeia sobre temas económicos, com ênfase em investimentos e competitividade, sendo relevante referir que as partes reconheceram que “*as empresas europeias são as mais tradicionais e as maiores investidoras no Brasil, assim como o desejo de ampliar os investimentos brasileiros no mercado europeu.*”¹² Foi atribuído destaque aos setores da infraestrutura e logística, petróleo, gás e indústria offshore, energias renováveis, agronegócio e inovação, na medida em que representam oportunidades para fortalecer os investimentos bilaterais e fluxos tecnológicos, promovendo assim a cooperação empresarial entre ambos.

Note-se que, durante o ano de 2017, o Brasil e a União Europeia continuaram a manter fortes interações diplomáticas, destacando-se o VI Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos Brasil-UE, realizado em Bruxelas, onde foram debatidas temáticas como o direito das mulheres, migrações e refugiados, discriminação racial e intolerância religiosa, entre outras; a publicação do *Comunicado Conjunto Brasil-UE - Dez anos da Parceria Estratégica* e, ainda, a visita ao Brasil do vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, por ocasião do encerramento da XXX sessão do Comité de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia.

¹¹ Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2337-documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014#termos>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

¹² Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2337-documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014#declaracao>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

Capítulo 3 – Os Resultados Alcançados através da Parceria Estratégica e as Perspetivas Futuras para o Relacionamento Bilateral Brasil-UE

O presente capítulo tem como objetivo analisar os resultados alcançados através da parceria estratégica Brasil-UE, a nível político e económico, para ambas as partes. Pretende-se igualmente refletir sobre os dez anos de cooperação bilateral no âmbito da parceria estratégica, destacando-se os principais projetos instituídos, em áreas como educação, direitos humanos, coesão social, meio ambiente e sustentabilidade. Por fim, ambicionamos explorar quais são as perspetivas futuras para o relacionamento bilateral Brasil-UE, tendo em consideração a situação político-económica atual de ambas as partes, que difere do momento em que a parceria estratégica foi assinada.

3.1 - Os resultados alcançados através da parceria estratégica Brasil-UE

Ao longo dos dez anos de cooperação bilateral, no âmbito da parceria estratégica, o Brasil e União Europeia alcançaram resultados reciprocamente benéficos em diversas áreas de cooperação. Neste sentido, foi publicado em 2017 um Comunicado Conjunto, por meio do qual as partes reconheceram o aumento dos investimentos entre ambos durante a última década, afirmando que *“a UE é o maior investidor no Brasil e o Brasil já é hoje o quinto maior investidor na União Europeia. Ambos são importantes parceiros comerciais, com trocas que já alcançam mais de US\$ 30 bilhões de janeiro a junho deste ano.”*¹³ Desde o estabelecimento da parceria estratégica, as trocas comerciais entre ambos aumentaram comparativamente aos anos anteriores. De acordo com um estudo realizado por Vasconcelos (2015; 30), relativo ao período de 2000-2013, é possível verificar que *“2008 e 2011, representando 46.818,15 milhões de Dólares e 49.426,79 milhões de Dólares, foram os anos em que o Brasil mais exportou para a UE e 2001 e 2002 os que menos exportou (...) no que diz respeito à UE, verifica-se que os anos de 2012 e 2013, representando 50.769,57 e 53.387,14 milhões de Dólares, foram os que mais exportou para o Brasil, sendo 2002 e 2003 os que menos exportou.”* Assim, observa-se que, de modo geral, as exportações entre as partes têm vindo a aumentar, salvo algumas exceções ocorridas durante o auge da crise internacional.

¹³ Delegação da União Europeia no Brasil. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/brazil_pt/29397/Brasil-União%20Europeia%20Dez%20anos%20da%20Parceria%20Estratégica:%20Comunicado%20Conjunto, data de acesso 4 de Agosto de 2018

Chama-se igualmente atenção para a realização de mais de trinta diálogos setoriais entre ambos, alguns referentes às problemáticas internacionais, outros referentes à cooperação técnica bilateral. Neste contexto, cabe referir que a UE atribuiu o montante de €61 milhões para a cooperação bilateral com o Brasil no período relativo a 2007-2013, através do instrumento da cooperação para o desenvolvimento (ICD). Todavia, desde 2014, *“o financiamento de iniciativas de cooperação é fornecido principalmente por meio de subvenções a projetos e programas, no quadro de diversos mecanismos temáticos como o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD), o Instrumento Europeu para a democracia e Direitos Humanos (EIDHR), o Instrumento de Parceria (PI) e o Instrumento para a Estabilidade e a Paz (ICSP)”* (EEAS, 2016; 12).

Note-se que a cooperação bilateral entre os dois atores engloba diversas temáticas de elevada relevância, designadamente direitos humanos e reformas institucionais, desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar, emprego e coesão social, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, migração e asilo, tecnologias da informação e das comunicações, entre outras. Com base em dados retirados do Blue Book, relativo à Cooperação União Europeia-Brasil (edição 2016), é possível constatar que, *“desde 2004, a UE apoiou um portfólio de mais de 204 projetos de linhas temáticas (com um orçamento de 96,6 milhões de euros). Desde 2007, os fundos canalizados através das linhas de orçamento temáticos dobraram, passando de 4,1 milhões de euros a 8,4 milhões de euros por ano. Há atualmente 96 projetos em curso”* (2016; 12). Pretende-se, em seguida, averiguar as inovações proporcionadas por alguns dos projetos apoiados pela UE no Brasil.

Em primeiro lugar, refere-se o setor da educação, que ocupa um papel prioritário no programa de cooperação regional da UE com toda a América Latina, estando o Brasil ativamente envolvido. Entre 2007 e 2013 a UE investiu €35 milhões para projetos de educação superior no Brasil, especialmente no programa de mobilidade internacional *Erasmus Mundus*, através da atribuição de mais de 2.000 bolsas para estudantes, pesquisadores e académicos, possibilitando novas vias de cooperação bilateral. Para o período de 2014-2020, a UE destinou €163 milhões para a educação superior na América Latina, sendo que deste montante 57 milhões serão investidos no Brasil. Acredita-se que a promoção da educação na região pode potencializar o desenvolvimento socioeconómico e a coesão social (EEAS, 2016; 16).

A promoção dos direitos humanos constitui igualmente uma área central no relacionamento Brasil-UE. Através do Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos (EIDHR), a União dispõe de um orçamento mundial de €1 bilhão e 300 milhões para o período relativo a 2014-2020, sendo que parte deste valor tem sido atribuído ao Brasil. Assim, várias são as iniciativas financiadas pela UE nessa temática, incluindo projetos que defendem a igualdade de género e os direitos dos jovens, designadamente o Programa Zero Discriminação.

No que concerne ao meio ambiente e à sustentabilidade, o Brasil e a UE têm mantido uma intensa cooperação ao longo de mais de duas décadas. Durante o período de 1992 a 2009, a CEE financiou o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7), contribuindo com €54 milhões para esta causa. Ademais, entre 2002 a 2014, a UE financiou três projetos bilaterais, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, que receberam a contribuição de €17 milhões. Destaca-se igualmente o financiamento europeu em €6.7 milhões para o projeto URBAN LEDS I (2012-2015), do qual participaram o Brasil, África do Sul, Índia e Indonésia, relativo à promoção de estratégias de desenvolvimento urbano de baixo carbono e à integração de ações transformadoras nas políticas das cidades. A segunda fase deste projeto (2016-2020) contará com um apoio de €8 milhões. A nível regional, destacam-se igualmente projetos como o EUROCLIMA, RALCEA e WATERCLIMA, em que o Brasil está envolvido.

Relativamente à coesão social, outro tema de suma importância no âmbito da cooperação entre a UE e a América Latina, destaca-se o programa EuroSocial de cooperação regional. Possuindo um orçamento de €40 milhões, o programa agrupa mais de 80 instituições públicas e tem como intuito promover políticas públicas de melhoria da coesão social. Com vista à manutenção da paz e da segurança pública nas comunidades carenciadas brasileiras, o governo do estado do Rio de Janeiro instituiu o projeto Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade Cidade de Deus, no qual o programa EuroSocial prestou auxílio e acompanhamento. Em parceria com a Secretaria da Reforma Judicial, foi fundada a Casa dos Direitos da Cidade de Deus, para providenciar à sociedade os serviços básicos no acesso à justiça, estando o projeto EuroSocial igualmente presente nesta iniciativa (EEAS, 2016; 21).

Já no âmbito dos projetos de cooperação económica estabelecidos entre o Brasil e a UE, destaca-se a iniciativa europeia quanto ao apoio à internacionalização das Pequenas e Médias Empresas (PME), tendo reservado €215 milhões no período de 2014-2020 para apoiar o desenvolvimento inclusivo e sustentável, visando *“melhorar o quadro político de negócios, comércio e investimento e promover diversificação económica, uso sustentável de recursos naturais e integração das economias nacionais aos mercados regionais e internacionais com foco nas PME”* (EEAS, 2016; 14). O AL-INVEST representa o mais relevante programa de cooperação regional nesta área, tendo auxiliado dezenas de milhares de PME nos últimos anos.

Por fim, referimos o programa Horizonte 2020, que constitui o maior programa de pesquisa e inovação da UE, possuindo €80 milhões para financiamento de projetos durante o período de 2014-2020. Relativamente à cooperação bilateral, note-se que as entidades brasileiras já participaram em 62 iniciativas, possuindo mais de 41 acordos assinados em áreas como infraestruturas, agricultura sustentável, pesquisa marinha, ação climática, entre outras (EEAS, 2016; 26). Neste sentido, verifica-se que a cooperação bilateral existente entre o Brasil e a UE demonstra ser intensa e diversificada, abrangendo diversas áreas.

3.2 - Um balanço dos dez anos de parceria estratégica e perspetivas futuras para o relacionamento bilateral Brasil-UE

Conforme analisado previamente, a parceria estratégica simbolizou um novo marco no relacionamento entre o Brasil e a União Europeia, nomeadamente através do aprofundamento do diálogo político de alto nível entre as partes. Ao longo dos dez anos de parceria, dois planos de ação conjunta foram instituídos, com o intuito de regular o desenvolvimento da relação bilateral, aprimorar a interação entre os corpos diplomáticos europeus e brasileiros e, ainda, determinar os objetivos comuns almejados, sendo que um terceiro plano esteve em negociações, mas, até ao momento, não foi concretizado. Para além disso, mais de 30 diálogos setoriais foram estabelecidos, fomentando a cooperação bilateral em diversas áreas, designadamente em matéria de alteração climática e desenvolvimento sustentável, comércio, tecnologias da informação, propriedade intelectual, produção industrial, coesão e desenvolvimento social, emprego, entre outras.

Todavia, ainda que a parceria estratégica tenha gerado diversos benefícios para ambas as partes, Saraiva (2017), defende que os resultados alcançados estão aquém daquilo que seria expectável. Segundo a autora, este motivo pode ser explicado pela divergência de aspirações globais existente entre os dois atores. Assim, *“while the EU called for a normative global order, Brazil envisaged a non-hegemonic scenario with limited rules and a pluralistic international system of sovereign states. As the gap between the two parties widened, their positions at international forums tended to diverge”* (2017; 6). Neste sentido, é possível constatar divergências nas posições assumidas entre ambos nos fóruns multilaterais, nomeadamente no que concerne à questão do desarmamento nuclear, em que o Brasil assumiu uma postura contrária à da França e da Inglaterra, que representam as duas potências nucleares da UE; quanto ao desejo brasileiro de expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não mereceu o apoio das potências europeias; quanto à questão dos direitos humanos, uma vez que a UE manifesta-se contra os países que violem os direitos políticos e civis dos seus cidadãos, ao contrário do Brasil; quanto às negociações no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual o Brasil pretendia aumentar a sua cota de adesão, juntamente com os seus parceiros BRICS, e quanto à revisão das instituições internacionais, uma vez que a posição do Brasil tende a identificar-se mais com a posição dos demais países emergentes. Para a autora, uma das poucas exceções relaciona-se com as problemáticas relativas ao desenvolvimento sustentável e às alterações climáticas, na qual o Brasil e a UE parecem ter opiniões convergentes e a parceria estratégica tem proporcionado novas vias de cooperação (2017; 7).

Não obstante, é possível constatar que a própria conjuntura interna dos atores em questão alterou-se ao longo da última década, influenciando o desenvolvimento da relação bilateral. Deste modo, no momento em que a parceria estratégica Brasil-UE foi assinada, a União Europeia enfrentava os efeitos de uma crise económico-financeira, que teve origem na economia norte-americana e disseminou-se internacionalmente, afetando sobretudo os países desenvolvidos (Vasconcelos, 2015; 30). Com as economias dos seus Estados-membros fragilizadas, a UE procurou modificar a sua ação externa, compreendendo que deveria aliar-se às potências emergentes, através do estabelecimento de acordos de parcerias estratégicas, como forma de garantir sócios estratégicos que a auxiliassem a ultrapassar os impactos da retração económica e, em simultâneo, poder potencializar a sua influência no cenário internacional, tornando-se um verdadeiro *global player*. Atualmente, é possível constatar que a União Europeia tem vindo a recuperar-se

gradualmente dos efeitos da crise, sendo, por isso, questionável qual será o papel que a parceria estratégica com o Brasil passará a ocupar no âmbito da sua política externa.

Já no caso do Brasil, cabe referir que as disparidades verificadas durante o governo de Lula da Silva (2002-2010), período em que a parceria foi assinada, comparativamente ao governo de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), tiveram um impacto desfavorável no desenvolvimento da parceria estratégica Brasil-UE (Saraiva, 2017; 3). Assim, durante o governo Lula, a política externa brasileira manifestou novos contornos. O país redirecionou a sua ação externa de modo a exercer um papel proativo, autónomo e universalista nas relações internacionais, através de medidas como a promoção da cooperação sul-sul, a participação dinâmica em fóruns multilaterais, a liderança na América do Sul e, ainda, a luta pela reforma das instituições internacionais, de modo a implementar critérios mais inclusivos. Note-se que a diplomacia presidencial de Lula teve um papel fundamental na projeção da imagem do Brasil na política internacional. Tais fatores contribuíram para despertar a atenção dos líderes europeus, que decidiram convidar o Brasil para tornar-se o seu sexto parceiro estratégico, no ano de 2007.

Em oposição, durante o governo Dilma, verificou-se uma alteração das estratégias de política externa e o abandono da diplomacia presencial, causando o declínio da participação do Brasil nos assuntos internacionais, ainda que os dois presidentes pertencessem ao mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT). Paralelamente, o segundo mandato Dilma teve que enfrentar os efeitos avassaladores de uma crise política, económica e institucional, aliada aos escândalos de corrupção no país. Esta crise teve impacto na política externa brasileira e, consequentemente, na parceria estratégica Brasil-UE, que observou poucas inovações durante o seu governo.

Neste sentido, a parceria estratégica Brasil-UE encontra-se estagnada, desde 2015, em parte devido à ausência das reuniões de cúpula nos últimos anos (Saraiva, 2017; 10). Perante um cenário doméstico instável, no qual ainda existem vestígios de uma crise política, económica e institucional no Brasil, pairam dúvidas quanto ao desenvolvimento futuro da parceria estratégica com o bloco europeu. Todavia, mesmo que estes atores já tenham alcançado diversos progressos no seu relacionamento, nos últimos dez anos de parceria estratégica, designadamente a nível político, social, económico e comercial, associados à implementação de mais de 30 diálogos setoriais bilaterais, acredita-se que

“ainda há espaço para atingirem o seu verdadeiro potencial” (EEAS, 2016; 9), sendo, para isso, fundamental retomar o diálogo político ao mais alto nível entre ambos, por meio das reuniões anuais de cúpula. Note-se que com a eleição que ocorrerá no próximo mês de outubro, para eleger o novo líder da presidência brasileira, novas perspectivas quanto ao relacionamento bilateral Brasil-União Europeia poderão vir a ser exploradas.

Conclusão

No decorrer da presente dissertação, pretendemos analisar quais foram as motivações que estiveram na base da assinatura da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, no ano de 2007, bem como verificar quais foram os principais ganhos obtidos para ambas as partes, a nível político, este constitui o nosso objetivo central de investigação, que foi alcançado com sucesso. Conforme analisado ao longo da dissertação, foi possível verificar que, quer o Brasil quer a União Europeia possuíram fortes motivações para estabelecer entre si a parceria estratégica. Ainda que distintos, estes motivos demonstraram ser convergentes em termos de funcionalidade. Assim, se o Brasil pretendia continuar a ganhar prestígio internacional, a União Europeia, através da parceria estratégica, visava garantir mais um sócio económico emergente que lhe pudesse ajudar na recuperação económica (Patrício, 2009).

Neste sentido, a decisão europeia quanto ao estabelecimento da parceria foi influenciada por aspetos como a participação ativa do Brasil no cenário internacional; o desejo da União Europeia em associar-se às potências emergentes, expandido os seus contatos a países terceiros, ao invés de apenas às regiões; a perceção do Brasil como um potencial parceiro nos fóruns multilaterais e, ainda, a estagnação do diálogo político frente ao Mercosul (Saraiva 2017; 2). Por sua vez, para o Brasil, a parceria estratégica com a União Europeia simbolizou uma oportunidade de potencializar o reconhecimento e o prestígio internacional do país, visando igualmente adquirir maior investimento e transferência de tecnologias. Simultaneamente, acresce que a parceria estratégica com a União Europeia representou uma alternativa à sua relação com os EUA, permitindo ao Brasil dialogar com outro ator com alcance global (Lazarou & Fonseca, 2013; 113).

Relativamente aos ganhos obtidos por meio da parceria estratégica para ambas as partes, foi possível constatar ao longo da dissertação que, embora o Brasil e a União Europeia sejam importantes parceiros económicos e que as interações comerciais entre ambos se tenha potencializado desde o estabelecimento da parceria estratégica, os ganhos políticos revelam-se superiores aos ganhos económicos. Acredita-se que esta realidade seja uma consequência da implementação da diplomacia de cimeiras, por meio dos encontros anuais ao mais alto nível político, que possibilitou a intensificação do diálogo e o aprofundamento da cooperação entre as partes, representando um fórum de decisão do *modus operandi*, com vista à concretização dos objetivos comuns.

No que concerne aos objetivos de investigação secundários, designadamente quanto à questão de se as políticas externas do Brasil e da União Europeia têm sido influenciadas, e de que forma, pela assinatura da Parceria Estratégica entre ambas as partes, foi possível verificar ao longo da dissertação que as políticas externas do Brasil e da União Europeia não têm sido particularmente influenciadas pela assinatura da parceria estratégica. Ainda assim, acredita-se que, mesmo que a parceria estratégica não tenha alterado o sistema internacional, este passou a beneficiar de uma nova vitalidade, proporcionada pelas parcerias estratégicas que a União Europeia tem vindo a estabelecer com os vários poderes emergentes, sobretudo a partir da década de 2000.

Deste modo, conclui-se que o estabelecimento da parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia simbolizou um novo marco para este relacionamento bilateral de longa data, fundado inicialmente na década de 1960, e baseado em profundos laços históricos e culturais comuns. Acredita-se que a decisão de elevar este relacionamento ao estatuto de parceria estratégica resultou da perceção conjunta de que o aprofundamento da cooperação entre as partes poderia proporcionar benefícios mútuos. Não obstante, apesar dos progressos já alcançados em diversas áreas, designadamente no campo político-económico-social, há ainda novas vias de cooperação que poderão vir a ser exploradas. Assim, a parceria estratégica Brasil-União Europeia é um livro aberto à espera de que novos capítulos sejam escritos.

Referências Bibliográficas

Documentos Oficiais:

Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Económica Europeia (1980). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-9-31-marco-1982-345497-exposicaodemotivos-132343-pl.html>, data de acesso 10 de julho de 2018.

Comissão Europeia (2007), Comunicado da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52007DC0281>, data de acesso 4 de Junho de 2018.

Council Of The European Union (2008), Brasil-European Union Strategic Partnership Joint Action Plan, Rio de Janeiro. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008_joint_action_plan_en_0.pdf, data de acesso 1 de Agosto de 2018.

Council Of The European Union (2011), V European Union - Brazil Summit Joint Statement Brussels. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/124878.pdf>, data de acesso 2 de Agosto de 2018.

European External Action Service (EEAS) (2016), A Cooperação União Europeia-Brasil (Edição 2016), *in* Blue Book. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/book_miolo_-_versao_final_0.pdf, data de acesso 1 de Agosto de 2018.

European External Action Service (EEAS) (2017), Brasil União Europeia Dez anos da Parceria Estratégica: Comunicado Conjunto, Brasília. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/brazil_pt/29397/Brasil-União%20Europeia%20Dez%20anos%20da%20Parceria%20Estratégica:%20Comunicado%20Conjunto, data de acesso 4 de Agosto de 2018.

Itamaraty (2013), Atos assinados por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia, Brasília; Arranjo de cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação (MCTI) da República Federativa do Brasil e o "Joint Research Centre" (JRC) da Comissão Europeia para cooperação científica e outras atividades em áreas de interesse comum. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3297-#acordo1>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

Itamaraty (2013), Atos assinados por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia, Brasília; Memorando de entendimento administrativo sobre cooperação técnica na área de bem-estar animal entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Direção-Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor da Comissão Europeia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3297-#acordo2>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

Itamaraty (2014), Documentos assinados por ocasião da VII cúpula Brasil-União Europeia, Bruxelas; Termos de referência do grupo de trabalho ad hoc sobre temas económicos, com ênfase em investimentos e competitividade, entre a República Federativa do Brasil e a UE. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2337-documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014#termos>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

Itamaraty (2014), Documentos assinados por ocasião da VII cúpula Brasil-União Europeia, Bruxelas; Declaração conjunta sobre a reunião inaugural do grupo de trabalho ad hoc Brasil-União Europeia sobre temas económicos, com ênfase em investimentos e competitividade. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2337-documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014#declaração>, data de acesso 8 de Agosto de 2018

Lula da Silva, Luiz Inácio (2003), Discurso do senhor Presidente da República na sessão de posse, no Congresso Nacional, em Brasília. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK-EwjQ-72EstjdAhUQyIUKHSS9DNkQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.biblioteca.presidencia.gov.br%2Fpresidencia%2Fex-presidentes%2Fluiz-inacio-lula-da-silva%2Fdiscursos%2F1o-mandato%2F2003%2F01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de->

[posse.pdf%2F%40%40download%2Ffile%2F01-01%2520-%2520Pronun.%2520do%2520Presidente%2520da%2520Rep%25C3%25BAblica%2C%2520Luiz%2520In%25C3%25A1cio%2520Lula%2520da%2520Silva%2C%2520na%2520sess%25C3%25A3o%2520solene%2520de%2520posse%2520no%2520CN.pdf&usg=AOvVaw1G-O6oh4M64gMq5M6Npllz](#), data de acesso 2 de julho de 2018.

Livros/Artigos Científicos:

Becard, Danielly Silva (2013), Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: Uma análise Conceitual, *in* Lessa & Oliveira (Coord.), Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais (págs. 37- 65). Belo Horizonte, Fino Traço Editora.

Bernal-Meza, Raúl (2002), A Política Exterior do Brasil: 1990-2002, Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf>, data de acesso 6 de Julho de 2018.

Brigagão, Clóvis & Seabra, Rafael (2009), Panorama Estratégico da Política Externa Brasileira – Os Caminhos da Inserção Internacional, Revista de Relações Internacionais, Lisboa. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri24/n24a09.pdf, data de acesso 15 de julho de 2018.

Cadete, Joaquim (2015), A Política Externa Brasileira nas Eras Cardoso e Lula, Princípia Editora, Portugal.

Cameron, F & Yongnian, Z. (2010), China-EU: a common future, World Scientific Publishing Company.

Cervo, Amado Luiz (2002), Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático, em Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), ano 46, nº2, Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>, data de acesso 4 de março de 2018.

Cervo & Lessa (2014), O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014), Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), Brasília. Disponível em :

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200133&script=sci_abstract&tlng=pt, data de acesso 25 de junho de 2018.

Cervo, Amado Luiz (2001), *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*, Coleção de Relações Internacionais, Editora Universidade de Brasília.

Cervo, Amado Luiz (2012), *A Parceria Inconclusa - As relações entre Brasil e Portugal*, 1ª Edição, Belo Horizonte, Fino Traço Editora. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n35/n35a15.pdf>, data de acesso 20 de junho de 2018.

Costa Guapo, Carla, Ferreira, Farias Marcos, Pereira João Maria, Soares, Mendes Andreia, (2009), *A União Europeia como Ator Global*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa.

Coutant, Rémi (2015), *A Influência do Pré-Sal na Política Externa Brasileira (2003-2014)*, Tese de Mestrado Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11446/3/Tese-PreSal-aprovada_RCoutant.pdf, data de acesso 4 de março de 2018.

Cravinho, João Gomes (2016), *A Cooperação União Europeia-Brasil* (Edição 2016), preâmbulo *in* Blue Book. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/book_miolo_-_versao_final_0.pdf, data de acesso 1 de Agosto de 2018.

Domingues, Reinaldo Alencar (2011), *A Aspiração de Liderança Brasileira na América do Sul no Governo Lula*, Mundorama. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=9107>, data de acesso 3 de Julho de 2018.

Espírito Santo, Paula, (2015) *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais, Génese, Fundamentos e Problemas*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Sílabo.

Farias, Rogério (2013), *Parcerias Estratégicas: marco conceitual* *in* Lessa & Oliveira (Coord.), *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais* (págs. 15-34). Belo Horizonte, Fino Traço Editora.

Freixo, Adriano de; Pedone, Luiz; Rodrigues Thiago, Moreira; Alves, Camilo Wagner (Orgs.) (2011) A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um Balanço, Rio de Janeiro, Editora Apicuri.

Gratius, Susanne (2011), Brazil and Europe, towards 2015, Policy Brief N° 67, FRIDE. Disponível em: http://fride.org/descarga/PB_67_Brazil_Europe_2015_Eng.pdf, data de acesso 12 de maio de 2018.

Gratius, Susanne (2011), ¿Profundizar el multilateralismo a través de las Asociaciones Estratégicas de la UE? Working Paper N° 109 FRIDE. Disponível em: <http://fride.org/publicacion/943/¿profundizar-el-multilateralismo-a-traves-de-las-asociaciones-estrategicas-de-la-ue?> Data de acesso: 2 de Julho de 2018

Gratius, Susanne (2013), A UE e as suas “parcerias estratégicas” com os BRICS (págs. 147-158), Cadernos Adenauer XVI. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/9594-1442-5-30.pdf>, data de acesso 4 de junho de 2018.

Grevi, Giovanni (2009), The Interpolar World: A New Scenario, EUISS Occasional Paper 79. Paris, EU Institute for Security Studies. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/content/interpolar-world-new-scenario>, data de acesso 20 de Junho de 2018.

Hoffmann, Andrea (2009), EU-Mercosur Relations after the EU-Brazilian Strategic Partnership, *in* Martins & Saraiva (Coord.), Brasil-União Europeia- América do Sul, Anos 2010-2020 (págs. 54-61), Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_17329-1522-5-30.pdf?090820140804, data de acesso 6 de Junho de 2018.

Klesner, Joseph (2011), Latin American Political Economy, *in* The Encyclopedia of Political Science, 1ª Edição. Washington DC.

Lara, António de Sousa (1998), Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa.

Lazarou Elena & Fonseca, Carmen (2013), O Brasil e a União Europeia: a Parceria Estratégica em busca de significado *in* Lessa & Oliveira (Coord.), Parcerias Estratégicas

do Brasil: os significados e as experiências tradicionais (págs. 91-118). Belo Horizonte, Fino Traço Editora.

Lessa, Antônio Carlos (1998), *A Parceria Bloqueada: As Relações entre França e Brasil 1945-2000*, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

Lessa, A. & Oliveira, H. (2013). Introdução, *in* Lessa & Oliveira (Coord.), *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais* (págs. 9-12). Belo Horizonte, Fino Traço Editora.

Lima, Maria Regina Soares de (2005), *A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul*, em *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, ano 48, nº1, Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>, data de acesso 6 de Julho de 2018.

Mello, Flávia de Campos (2002), *Política externa brasileira e os blocos internacionais*, São Paulo em Perspetiva. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100005, data de acesso 4 de Março de 2018.

Oliveira, Henrique Altemani de (2008), *Política Externa Brasileira*, São Paulo, Editora Saraiva.

Patrício, Raquel Cristina de Caria (2009), *O Brasil como Parceiro Estratégico da União Europeia: As Relações Brasil-União Europeia*. Disponível em: http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_26081.pdf, data de acesso 8 de maio de 2018.

Pereira, Cesário Demetrius (2016) *A Parceria Estratégica Brasil-União Europeia e o Tratado de Lisboa*, *Revista de Análise Internacional*, vol. 1 nº1 (págs. 41-60), disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/12/4.pdf>

Patrício, Raquel Cristina de Cária (2012), *Estudos de Área: América Latina*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa.

Santos, Vitor Marques dos & Militão, Maria João (2012) *Teoria das Relações Internacionais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa.

Saraiva, Miriam Gomes (2009), O Brasil entre a União Europeia e a América do Sul entre continuidades e mudanças nos governos de Cardoso e Lula: limites para uma relação triangular *in* Martins & Saraiva (Coord.), Brasil-União Europeia- América do Sul, Anos 2010-2020 (págs. 78-97), Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_17329-1522-5-30.pdf?090820140804, data de acesso 8 de Junho de 2018.

Saraiva, Miriam Gomes (2014), Os limites da parceria estratégica Brasil-União Europeia nos planos inter-regional e multilateral, Anuário de Integración 10 (págs. 399-420). Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/15-Saraiva.pdf>, data de acesso 20 de Julho de 2018.

Saraiva, Miriam Gomes (2017), The Brazil-European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus, Revista Brasileira de Política Brasileira (RBPI), disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000100208, data de acesso 3 de agosto de 2018.

Silva, Karine (2011), A Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia: Convergências e divergências da agenda bilateral. *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional abril 2011*. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a46>, data de acesso 2 de Junho de 2018.

Sirutavicius, Vladas (2006), Lithuanian-polish strategic partnership: genesis and prospects, disponível em: <http://lfpr.lt>, data de acesso 10 de maio de 2018.

Sorneta, Carla & Herniou Christophe (2009), Estudo de base dos diálogos sectoriais UE-Brasil. Secretaria Geral, Ministério do Planeamento. Disponível em: http://www.sectordialogues.org/sites/default/files/documento_anexos/institucionais_estudobasedialogossetoriais.pdf, data de acesso 5 de Março de 2018.

Spektor, M. (2010), Azeredo da Silveira – Um Depoimento, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Store, Jonas Gahr (2011), In Defense of Dialogue, TED Talk, disponível em: https://www.ted.com/speakers/jonas_gahr_store, data de acesso 2 de Junho de 2018.

Thomas Renard (2015), Partnerships for effective multilateralism? Assessing the compatibility between EU bilateralism, (inter-)regionalism and multilateralism (págs. 18-35), Cambridge Review of International Affairs. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557571.2015.1060691?scroll=top&needAccess=true>, data de acesso 10 de maio de 2018.

Vasconcelos, Ana Sofia Pereira de Ornelas (2015), A Parceria Estratégica UE Brasil, Tese de Mestrado Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10858>, data de acesso 5 de maio de 2018.

Veiga, Pedro da Motta (2000), O policy making da política comercial no Brasil: os caminhos da transição, em El proceso de formulación de la política comercial. Nivel uno de um juego de dos niveles: Estudios de países em el Hemisfério Occidental, Banco Interamericano de Desarrollo, disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2306/El%20proceso%20de%20formulación%20de%20la%20Pol%C3%ADtica%20Comercial.%20Nivel%20uno%20de%20un%20juego%20de%20dos%20niveles%3A%20Estudios%20de%20pa%C3%ADses%20en%20el%20Hemisferio%20Occidental.pdf?sequence=1>, data de acesso 20 de Julho de 2018

Vigevani, Tullo e Cepaluni, Gabriel (2007), A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação, em Contexto Internacional, vol. 29 nº2, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-85292007000200002&script=sci_abstract&tlng=pt, data de acesso 7 de maio de 2018.

Vigevani, Ramanzini Jr. & Favaron, Gustavo (2007), The role of regional integration for Brazil: universalism, sovereignty, autonomy and elites, in *Seventh International CISS/ISA Millenium Conference*.

Westin, Ricardo (2017), A Queda de Dilma: Os bastidores do impeachment da presidente que desprezou as lições políticas de Maquiavel, São Paulo, Editora Universo dos Livros.

Whitman, Richard & Rodt, Annemarie (2014), Relações UE-Brasil: Uma Parceria Estratégica? in *A União Europeia alargada em tempos de novos desafios* (págs. 121-142).

Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/15362-1442-5-30.pdf>, data de acesso 6 de junho de 2018.

Fontes Eletrónicas

Cúpula Brasil-União Europeia (2007), Declaração Conjunta, Lisboa. Disponível em: <http://www.eubrasil.eu/pt/2007/07/04/cupula-brasil-uniao-europeia-lisboa-4-de-julho-de-2007-declaracao-conjunta/>, data de acesso 1 de Agosto de 2018.

European External Action Service (EEAS) (2018). Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/eeas_pt#ems%C3%ADntese, data de acesso 1 de Junho de 2018

Itamaraty (2018), Relações Exteriores - União Europeia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>, data de acesso 2 de Agosto de 2018.

World Economic Outlook (2018), Real GDP growth Annual percent change. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/CHN, data de acesso 2 de Junho de 2018.

Anexos

Anexo 1 – Cronologia da relação bilateral Brasil-UE (1960-2014)

Marcos nas relações entre União Europeia e Brasil

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia
1992	Assinatura do Acordo Quadro de Cooperação entre o Brasil e a União Europeia
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Interregional Mercosul- União Europeia
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia
2006	Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia
2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia em Lisboa (Portugal exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento). Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE.
2008	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)
2008	II Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do Presidente do Conselho da União Europeia e do Presidente da Comissão Europeia.
2009	III Cúpula Brasil-UE em Estocolmo (a Suécia exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento).
2010	IV Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu e do Presidente da Comissão Europeia.
2011	V Cúpula Brasil-UE, Bruxelas.
2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014)
2013	VI Cúpula Brasil-UE, Brasília. Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu e do Presidente da Comissão Europeia.
2014	VII Cúpula Brasil-UE, Bruxelas.

Fonte: Blue Book da União Europeia (2016; 11)

Anexo 2 – A evolução do PIB na economia internacional (1980-2020)



Fonte: World Economic Outlook (2018, Real GDP growth Annual percent change)

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT